

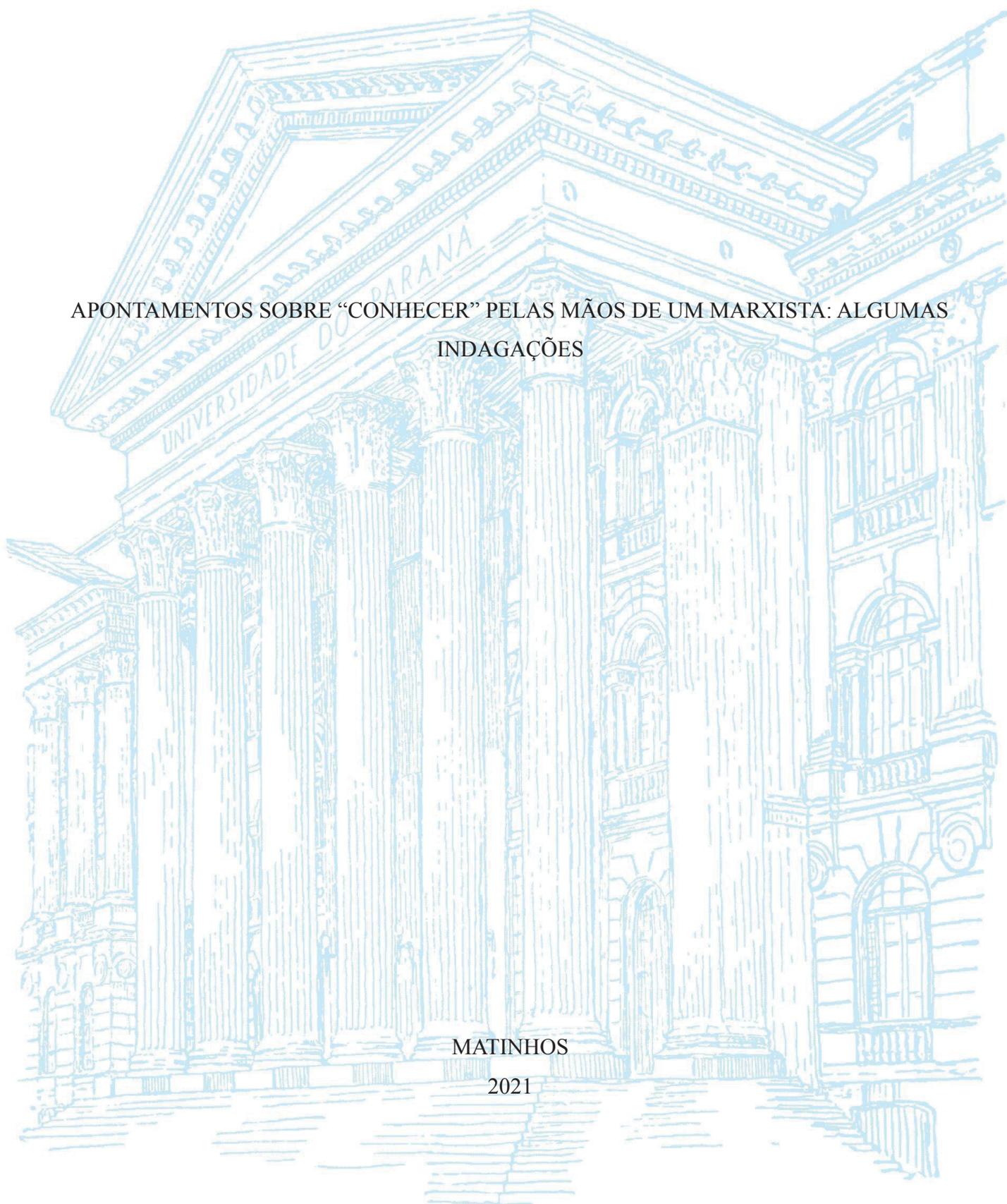
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHAEL GONÇALVES CORDEIRO

APONTAMENTOS SOBRE “CONHECER” PELAS MÃOS DE UM MARXISTA: ALGUMAS
INDAGAÇÕES

MATINHOS

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHAEL GONÇALVES CORDEIRO

**APONTAMENTOS SOBRE “CONHECER” PELAS MÃOS DE UM MARXISTA:
ALGUMAS INDAGAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná como requisito à obtenção do título de especialista em questão social pela perspectiva interdisciplinar.

Orientador: Prof. Robson de Oliveira

MATINHOS

2021

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são aqui especialmente dedicados a minha mãe, Tami, como uma simbólica retribuição por toda a dedicação que desde sempre teve comigo, das quais algumas estão inclusive para além do que conheço e outras que só é possível conhecer vivenciando. Toda a dedicação que tive neste trabalho só foi possível pela dedicação e amor que sempre teve por mim.

Agradeço, ainda de maneira especial, a Amanda por todo o companheirismo e amor nestes últimos anos. O meu mundo tem sido mais belo e aconchegante com você.

Agradeço ao professor Robson de Oliveira, primeiro por ter acreditado no meu projeto e depois por todo o tempo que despendeu para pensar nesta pesquisa comigo, com orientações, críticas, apontamentos e incentivos sempre atentos, sugestivos e por vezes (quase sempre) bem humorados.

Agradeço, ademais, às professoras Adriana Lucinda de Oliveira e Simone Sobral Sampaio por aceitarem prestar suas contribuições a esta pesquisa.

RESUMO

Na presente pesquisa, objetivamos analisar de modo sistemático os componentes essenciais das ideias dos principais representantes do pensamento do marxista húngaro Gyorgy Lukács no Brasil, acerca do processo de conhecimento, notadamente as obras do professor José Paulo Netto. Como instrumento para o debate nos valem principalmente da teoria desenvolvida pelo francês Pierre Bourdieu, sobretudo suas reflexões em torno do campo científico, de modo a contrapor a concepção ontológica do conhecimento tal como exposta pelos adeptos das ideias de Lukács. Buscamos lançar um enfoque em algumas questões específicas deste processo, marginalizando, generalizando ou mesmo obnubilando outras certamente importantes, tais como as principais categorias do método dialético, a relação entre teoria e prática, as discussões sobre ciência marxista e ciência burguesa e o papel da ideologia, mas que não poderiam ter espaço aqui devido aos limites deste trabalho. Nos detemos principalmente nos problemas (ou objetos) que são colocados como pertinentes por estes autores e de como são construídas as ideias a partir destas problemáticas. Assim, tratamos dos problemas da relação entre sujeito e objeto, do critério de verdade, da determinação histórico-social do conhecimento e das respostas dadas a essas questões, sem pretensões de esgotar a riqueza e complexidade destes históricos problemas. Os resultados da pesquisa demonstram a importância do diálogo crítico em torno do tema do conhecimento, explicitando, com base nas contribuições da teoria de Bourdieu, o que consideramos limites da perspectiva ontológica defendida na produção de uma parcela dos interlocutores de Lukács no país. Além disso, indica a necessidade do aprofundamento junto à obra de Lukács e do mesmo modo de Marx e Engels, assim como a ampliação do debate ao conjunto das produções nas diferentes áreas do conhecimento que pesquisam a temática.

Palavras-chave: Processo de conhecimento; Gyorgy Lukács; lukacsianos; Pierre Bourdieu.

ABSTRACT

In the research, we aim to systematically analyze the essential components of the ideas of the main representatives of the Hungarian Marxist Gyorgy Lukács' thinking in Brazil, notably about the knowledge process, notably as works by Professor José Paulo Netto. As an instrument for the debate, mainly of the theory developed by the French Pierre Bourdieu, especially his ideas around the scientific field, in order to oppose the ontological creation of knowledge as exposed by the adherents of the Lukács. We seek to focus on some specific issues of this, marginalizing, even generalizing the obnubilating process and others that are certainly important, such as the main categories of the dialectical method, a relation of comparison with theory and practice, such as studies on Marxist science and the bourgeois science and ideology, but which cannot have space here because of work. We focus on the problems (or objects) that are mainly problems and how they are mainly relevant for these problems as ideas from problems as they are constructed. knowledge and the answers given to these questions, without claiming to exhaust their richness and historical complexity. The research research results, that the importance of critical dialogue around the topic of knowledge, based on the contributions of Bourdieu's theory, which is important for critical dialogue around knowledge, based on the contributions of the interlocutor's theory of the ontological defense what we consider the limits of the ontological perspective defended in the importance of a discussion in the country. In addition, it indicates the need to deepen the research work of Lukács and, in the same way, of Marx and Engels, as well as the reflection of the debate on the set of productions in the different areas of knowledge that the theme.

Keywords: Knowledge process; Gyorgy Lukacs; lukacsians; Pierre Bourdieu.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	A PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E O PROCESSO DO CONHECIMENTO	9
2.1	A RAZÃO DIALÉTICA	14
2.2	A RELAÇÃO DO SUJEITO COM O OBJETO	20
2.3	DETERMINAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO CONHECIMENTO	26
2.4.	O CRITÉRIO DA VERDADE	29
3	A PARTICULARIDADE DO CAMPO CIENTÍFICO: O PROBLEMA CENTRAL	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

Começamos a presente pesquisa com o propósito de estabelecer uma discussão crítica com o pensamento do húngaro Gyorgy Lukács sobre o conhecimento como espelhamento da realidade ontológica e com a tradição marxista inaugurada a partir das suas obras. Iniciamos este trajeto de pesquisa partindo do principal interlocutor de Lukács no âmbito do Serviço Social e um dos mais centrais no nosso país, José Paulo Netto, como uma forma de iniciar uma abertura até efetivamente chegar à Lukács. Ainda nesse “meio do caminho” nos permitimos ir além de Netto, estudando Ricardo Lara e Ivo Tonet, ambos com influência significativa no Serviço Social, Mario Duayer, com reconhecida importância nos círculos lukacsianos mais amplos (apesar de não se denominar como lukacsiano), entre alguns outros nomes. No entanto, chegando finalmente em Lukács nos deparamos com dois problemas, que inicialmente eram apenas hipóteses que pareciam pouco fecundas: o primeiro de que há uma distância - significativa a depender de quem se trata, dado que os lukacsianos não formam um todo homogêneo - entre Lukács e os lukacsianos, algumas por equívocos de interpretação e outras por análises mais autônomas da obra de Marx. Sendo assim, aquele “meio do caminho” não nos permitiu uma “abertura” sem ressalvas à obra de Lukács. A diferença entre Lukács e os seus interlocutores, portanto, por si só já resultaria em um grande esforço de pesquisa.

O segundo problema é o de que uma exposição da ontologia e do conhecimento objetivo da realidade exigiria, para ser apropriada, um percurso que tenha em seus momentos uma história das ideias com as diferentes tentativas em responder aos problemas do conhecimento - da qual necessariamente deveria se remontar ao menos a Grécia antiga -, uma história, mais específica, da ontologia, pré e pós marxiana, uma atenção às especializações que surgiram tendo como objeto o conhecimento, como a sociologia da ciência e a sociologia do conhecimento, tudo calcado na preocupação com os fundamentos sociais destas ideias e dos diferentes pensamentos - tal como exigia Lukács (2012).

Evidentemente que esta não pode ser a tarefa deste trabalho, nem de uma pessoa apenas, devendo ser uma tarefa coletiva. As nossas pretensões tornaram-se, então, bem mais modestas. Pretendemos aqui abrir uma discussão crítica com aquela parcela de professores brasileiros já citados¹ dos quais reivindicam uma certa tradição teórica do marxismo que parte das ideias de Lukács sobre o problema do conhecimento, tendo como principal interlocutor, pelos motivos já expostos, o professor José Paulo Netto. Cabe ainda frisar que falamos em “diferença” entre o

¹ Com exceção do professor Mario Duayer, já que exigira um espaço maior para discorrer sobre a especificidade de suas análises sobre o conhecimento, dado que ele trabalha com autores contemporâneos da filosofia analítica e do realismo crítico como John Searle e Roy Bhaskar.

pensamento de Lukács e dos lukacsianos, e não em “oposição”, isso se deve ao entendimento de que *em certa medida* o debate crítico aqui proposto com os lukacsianos implica um debate com o próprio pensamento de Lukács, algumas vezes mais diretamente do que outras, a depender a fidelidade dos seus adeptos.

Tendo estabelecido os limites deste trabalho, é necessário, mesmo que de forma breve, situar historicamente o nosso problema no campo da discussão teórica, buscando delimitar logo de início aquilo que possibilita tratar da ontologia como um objeto específico dentro dos debates em torno do conhecimento. Para isso, partimos das indicações feitas pelo próprio Lukács em uma obra célebre sobre o tema².

Sem pormenorizar, para Lukács (2012), dadas as condições sociais específicas, a antiguidade grega foi o terreno clássico do surgimento da ontologia, inicialmente entre os pré-socráticos com o monismo cósmico e posteriormente, a partir de Platão, predominando uma via do dualismo ontológico, que insere, ao lado do mundo terreno, um outro mundo transcendente. Tendência dualista esta que só vai ser interrompida em Epicuro, mas que, no entanto, vai persistir com a gênese do cristianismo e a dissolução da cultura antiga, resultando, após uma série de processos que não podem ser aqui explicitados, no nascimento de uma ontologia religiosa que afirma que a objetivação religiosa é a única realidade, sem perder, no entanto, a estrutura de duas ontologias. Enquanto que neste período a doutrina desta dupla verdade, calcada em uma ontologia terrena e outra transcendente, assegurava um espaço para a existência da ciência, após uma série de descobertas científicas, notadamente de Copérnico, Kepler e Galileu, que resulta na progressiva centralidade desta ontologia, faz com que a teoria da dupla verdade passe a servir agora como uma proteção para manutenção da ontologia religiosa, mesmo que não mais de maneira predominante como antes.

Modernamente, no campo da filosofia burguesa, são gestadas posições contrárias diante desta dualidade de verdades. De um lado, Lukács cita Hobbes, Helvétius, Espinosa e Diderot como defensores do legado da ontologia científica nascente. De outro lado, aqueles que “pretendem conferir fundamentações teórico-gnosiológicas” ao mundo, colocando-se favoráveis à própria existência da dualidade, em que figuram como nomes centrais Berkeley e Kant. Nestes o elemento comum “consiste em demonstrar gnosiologicamente que não é possível atribuir significado ontológico aos nossos conhecimentos do mundo material” (LUKÁCS, 2012, p. 39)³.

² No entanto, deve o leitor estar avisado de que, tal como lembra Bourdieu em relação a reconstrução histórica da sociologia da ciência, a história de uma disciplina (ou das ideias em geral) é uma questão de lutas em que “cada protagonista desenvolve uma visão desta história conforme aos interesses ligados à posição que ocupa nesta história” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

³ “Em ambos os casos, o funcionamento do conhecimento da natureza - em cada ciência singular -, em sua objetividade prático-imanente, é deixado gnosiologicamente intacto, ao lado de uma rejeição - igualmente gnosiológica - de toda ‘ontologização’ de seus resultados, de todo reconhecimento da existência de objetos em si, independentes da consciência gnoscificante [...]” (LUKÁCS, 2012, p. 40).

Aproximando-se cada vez mais da nossa história recente, Lukács defende que a filosofia do século XIX é dominada pela concepção exposta anteriormente, representada por Kant e Berkeley, com poucos esforços em direção a um materialismo filosófico. A postura neokantiana em relação ao conhecimento ontológico é apropriada e aprofundada pelo positivismo, impregnando-se em suas diferentes tendências. Lukács, a partir do que considera convergências gnosiológicas, aglutina os representantes dessas correntes de pensamento as pretensões de Bergson e de Nietzsche, como representantes de “uma tendência geral da época, que em última análise pretende a eliminação definitiva de todos os critérios objetivos de verdade” (LUKÁCS, 2012, p. 42).

Na contramão dessas tendências no século XIX temos Marx e Engels, sobretudo o primeiro, como desenvolvedores de uma verdadeira ontologia do ser social e uma acurada preocupação com os problemas ontológicos. Esse legado, no entanto, não foi absorvido pela integralidade dos marxistas, sobretudo no período da Segunda Internacional, sendo Lenin, segundo Lukács, aquele que mais se preocupou com o problema dos complexos categoriais ontológicos. No século XX predomina, assim, a herança kantiana e o positivismo com uma visão teórico-gnosiológica. Antes da renovação do marxismo buscada por Lukács, segundo este, Nicolai Hartmann foi um dos poucos a se atentar aos problemas ontológicos no seu tempo. Lukács buscava a renovação do marxismo pela retomada dos pressupostos ontológicos existentes na obra de Marx, se contrapondo, assim, não apenas à filosofia burguesa do seu tempo, mas ao próprio campo marxista, com algumas exceções, como o já citado Lenin.

Com esse brevíssimo panorama, do qual excluimos nomes importantes que buscaram “tornar consciente o reconhecimento da existência primária dos grandes complexos do ser” (LUKÁCS, 2012, p. 298), como Aristóteles, Maquiavel, Vico e sobretudo Hegel, visamos apenas situar o nosso problema, bem como aquele que inaugura uma nova posição no interior do marxismo: Lukács. Esperamos ao mesmo tempo ter ao menos indicado que Lukács não desenvolve suas reflexões em um quarto fechado com Marx e Engels, mas se apropria tanto de uma tradição com preocupações ontológicas, assim como se coloca em debate com o pensamento teórico-gnosiológico do seu tempo.

No entanto, deve ser salientado que, o pensador húngaro se deteve centralmente nas questões mais gerais do problema da ontologia, do espelhamento da realidade e da apreensão dos complexos categoriais do ser (LUKÁCS, 2012). É um desafio, portanto, partindo dos princípios deixados por Lukács, avançar e desenvolver sua teoria ontológica, com base nas discussões recentes da ciência - dos quais Lukács sempre esteve muito atento, sendo inclusive uma questão de método central, do qual infelizmente não podemos nos deter aqui -, buscando analisar a sua pertinência nos dias atuais, que só pode se fazer mediante um processo crítico permanente - da mesma forma que fez Lukács (e Marx) - com o pensamento do nosso tempo.

É nesta compreensão que estão baseados os esforços da presente pesquisa. Como instrumento para o debate nos valem principalmente da teoria desenvolvida pelo francês Pierre Bourdieu, sobretudo suas reflexões em torno do campo científico. Além da escolha se basear na consideração de que a obra de Bourdieu é fundamental para compreensão deste campo, vai ainda ao encontro da necessidade anteriormente exposta do debate crítico permanente com o pensamento do nosso tempo, sendo Bourdieu um autor que assumiu centralidade sobretudo no âmbito das ciências sociais e do qual teve reconhecimento mais geral de suas produções já no fim da vida de Lukács, bem como publicações concernentes especialmente ao campo científico posteriormente a morte deste último.

De forma mais pormenorizada, a proposta é expor de maneira organizada e sistemática os principais componentes da estrutura argumentativa dos professores lukascianos brasileiros selecionados sobre o processo de conhecimento. Buscamos lançar um enfoque em algumas questões específicas deste processo, marginalizando, generalizando ou mesmo obnubilando outras certamente importantes, tais como as principais categorias do método dialético, a relação entre teoria e prática, as discussões sobre ciência marxista e ciência burguesa e o papel da ideologia, mas que não poderiam ter espaço aqui devido aos limites deste trabalho. Nos detemos principalmente nos problemas (ou objetos) que são colocados como pertinentes por estes professores e de como são construídas as ideias a partir destas problemáticas. Assim, tratamos dos problemas da relação entre sujeito e objeto, do critério de verdade, da determinação histórico-social do conhecimento e das respostas dadas a essas questões. Entendendo que os problemas conduzem a determinados resultados no processo de pesquisa, ao mesmo tempo em que excluem outros, e dado que buscamos neste trabalho ir além de uma exposição e contraposição das ideias, é necessário estabelecer com o máximo de precisão não apenas os argumentos, mas os problemas que foram elencados, para que se esteja tratando de argumentações comparáveis, de mesma equivalência. Entende-se aqui a crítica como a busca pelos pressupostos e fundamentos, uma análise que deve apreender, elevar e apontar as suas insuficiências e potencialidades, condicionantes e limites (NETTO, 2002a; 2011), ultrapassando o simples nível de oposição de ideias, que comumente é confundido com a crítica.

Confusão que resulta em debilidade mais ou menos presente em alguns lukacsianos (notadamente em Lara e Tonet). O recurso expositivo utilizado para legitimação disso é o da apresentação da visão epistemológica (ou teórico-gnosiológica) - por vezes de maneira apressada e rasteira - e posteriormente da ontológica que é defendida, esta em tom positivo e com ar de embate crítico em relação aquela, em que o caráter “crítico” do debate se reduz a uma oposição de ideias, quase como que numa lógica em que por X ser diferente de Y, X está equivocado, como se fosse óbvio ou lógico. A crítica, ao contrário disso, deve passar pela busca dos fundamentos, a análise dos pressupostos, dos problemas, objetivos e consequências, e que quando posto em oposição a outra

perspectiva, além da demonstração dos pontos infundados daquela que se pretende opor, deve-se demonstrar, com base nos mesmos critérios críticos, a superioridade da que se pretende defender. O ideal deste trabalho, portanto, é o de investigar e criticar atuando no interior dessa perspectiva teórica.

2 A PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E O PROCESSO DO CONHECIMENTO

Um ponto de partida para o entendimento de como esta linha do marxismo enfrenta a questão do conhecimento é a análise da forma com que o problema é construído, pois esta formulação incide diretamente nos caminhos percorridos, nos fatores considerados determinantes, nos objetivos e, conseqüentemente, pode explicar algumas omissões e lacunas no trato do tema.

Na esteira de Marx, diferentemente da tendência kantiana, não temos aqui uma análise epistemológica ou gnosiológica propriamente dita. O problema é colocado não em termos dos limites do conhecimento em geral – algo próximo a uma abordagem epistemológica do conhecimento –, mas das condições de conhecimento de um objeto determinado – desde uma perspectiva ontológica. As dimensões e preocupações epistemológicas, segundo esta visão, estão sempre subordinadas a uma direção ontológica (NETTO, 2002a). Não existe em Marx, portanto, uma discussão específica sobre os limites do conhecimento em geral ou mesmo da sociedade em geral.

Em uma abordagem particular da historicidade do conhecimento, que se afasta mais uma vez das tendências que tomam como objeto de análise o auto-exame da razão, o princípio explicativo se encontra na complexidade da fundação e desenvolvimento do próprio ser social (TONET, 1995). É evidente que isso coloca problemas para o conhecimento que não são os mesmos da tradição kantiana. É mais evidente ainda que Marx não adentra ao debate do conhecimento nos termos então postos e que, portanto, não apenas não pretendia discutir nestes termos, como não se debruçou sobre este problema como um objeto particular.

Estando o debate sobre o conhecimento sempre atrelado a um objeto determinado, que no caso de Marx foi a sociedade burguesa, às discussões sobre o conhecimento são aqui de um tipo particular: o conhecimento teórico da sociedade. O conhecimento teórico aqui entendido como *a reprodução ideal ou a reconstrução no plano das ideias do movimento real da história, da sua estrutura e dinâmica* (NETTO, 1997; 2002b; 2020).

Em uma exposição mais bem acabada, que nos possibilita apreender o cerne do processo de conhecimento para esta perspectiva, bem como as suas principais debilidades, Netto (2011, p. 7 - *grifo nosso*), afirma que

[...] a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento [...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto *tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, *independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador*. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) *será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto*.

O momento predominante do conhecimento teórico é o que, sem prescindir dos seus imperativos internos, antes por meio deles, diz respeito ao próprio objeto da pesquisa. O conhecimento teórico é a representação ideal da estrutura dinâmica do objeto, das suas conexões, relações essenciais/substanciais, do “modo de ser e de se reproduzir de um determinado ser social” (NETTO, 1986, p.52). Estamos diante de uma teoria social quando nos é fornecido “um *quadro integral de leis*, de conexões e de relações *substanciais* num determinado domínio da realidade” (KAMEYAMA, 1988, p. 100 - *grifos da autora*). Teoria social, mais precisamente, é um complexo sistemático concernente à compreensão da totalidade social, “que se referem ao fenômeno social tomado enquanto processo da totalização, enquanto totalidade (o que não exclui abordagens setoriais, desde que submetidas a essa abordagem macroscópica)” (NETTO, 1986, p. 57)⁴.

O resultado do conhecimento não deve ser, portanto, as representações que o sujeito produziu sobre o objeto, mas o que o objeto é concretamente. Na reflexão sobre o objeto deve aparecer e se mover *apenas* a sua substância e a sua lógica, que o cérebro se apropria e reproduz intelectivamente (LARA, 2007). Para a visão ontológica, teoria “não é um modelo, não é um paradigma para se pensar a realidade, é a reconstrução ideal da estrutura real deste objeto” (NETTO, 2002d, min. 21). Nesse sentido, se coloca em oposição às outras tendências de pensamento sobre o tema. Enquanto as abordagens epistemológicas/gnosiológicas/metodologistas concebem a natureza do conhecimento do ser social como uma operação lógico-formal que confere a realidade uma legalidade atribuída pela razão, na posição ontológica a razão tem a função de extrair “dos processos objetivos a sua legalidade intrínseca” (NETTO, 1988, p. 114). Nas primeiras “a teoria é uma construção ideal para dar conta do real”, resultando na abertura de uma fratura na relação entre sujeito e objeto, bem como da própria objetividade do conhecimento (NETTO, 1988, p. 112). Na segunda posição esta problemática é suprassumida pela unidade entre as categorias e o objeto, em que a reflexão teórica “não ‘constrói’ um objeto: ela *reconstrói* o processo do objeto historicamente dado” (NETTO, 1988, p. 143 - *grifo do autor*), inexistindo, com isso, a fratura supracitada. Prosseguindo na crítica, Netto (1988, p. 145 - *grifo do autor*) defende que

⁴ A definição ontológica de teoria social comporta pressupostos ao mesmo tempo abrangentes, pois diz respeito ao conhecimento do ser social na sua universalidade, carregado, portanto, de categorias universais, como pressupostos restritivos, pois delimita não apenas o âmbito de validade do conhecimento teórico do social, mas igualmente os seus objetivos e categorias nucleares. A problemática na utilização desta definição é a de que estes limites são colocados pensando especificamente a teoria marxiana, incluindo o que está dentro dela e excluindo o que está fora. Conforme profícua indagação de Faleiros (1988, p. 155), trata-se de uma definição ambígua de teoria social, pois “ora só o marxismo é teoria, ora as outras concepções são também teoria”. A resposta dada a este questionamento pelo principal interlocutor desta perspectiva que nos valemos até aqui não confronta suficientemente o problema: “Ao destacar-se o marxismo não é porque seja o melhor. É diferente” (NETTO, 1988, p. 158), ou que se trata de uma definição de teoria apenas para Marx (NETTO, 2002b; 2017). A indagação central é se devemos ou não adotar esta definição de teoria social, levando em consideração seu caráter restrito.

Se o objeto do conhecimento é uma construção (*constructo*) da razão, um recorte ideal que se articula a partir da análise empírica, com a sua concreção instaurada pelo movimento intelectualivo, então a natureza das categorias é puramente lógica (se se leva a cabo uma operação historicizante, chega a ser, no limite, sociológica) e a relação entre sistematização e elaboração teórica aparece como um *continuum* cujos pólos registram diferentes níveis de abstração (o modelo é a abstração mais alta). Se o objeto, em troca, é uma abstração que a razão se vê obrigada a realizar, tomando de uma totalidade inclusive complexa constituída de totalidades menos complexas uma dessas totalidades subordinadas (de menor grau de complexidade), para regressar ao movimento real, onde o concreto é constituído e constituinte – uma abstração, pois, que só se dimensiona por referência ao objeto real -, então a natureza das categorias é basicamente ontológica e a relação entre sistematização e elaboração teórica aparece como a relação entre um momento pré-teórico e o momento teórico.

O problema que deve ser enfrentado no processo de investigação deste paradigma é o de determinar - no sentido de precisar os elementos que compõem - como se processa essa reprodução ideal.

Em primeiro lugar, essa reprodução se processa por meio da *abstração*. A necessidade da mobilização deste recurso, imprescindível ao conhecimento teórico entendido como a busca da essência do objeto, está na superação da forma fenomênica (fática ou aparente) com que o objeto se apresenta ao sujeito. Esta linha do marxismo insiste na distinção, própria do racionalismo moderno (NETTO, 1988), entre aparência e essência, em que esta é o objetivo do conhecimento social, enquanto que aquela é a forma imediata do objeto e ao mesmo tempo o ponto de partida obrigatório do conhecimento (NETTO, 2011; LARA, 2007; IANNI, 1986), porque é de natureza inalienável do real (NETTO, 2002e) e apresenta ainda traços da sua estrutura e dinâmica.

A essência - estrutura e dinâmica do objeto (NETTO, 2011) - é aquilo que está além da aparência, que impõe ao sujeito um longo processo de investigação, mediante uma “*reflexão demorada, reiterada, obstinada*” (IANNI, 1986, p. 2 - *grifo nosso*), em busca das determinações, mediações e movimento deste objeto, que não são perceptíveis num primeiro momento (SILVA, 2013).

O nível da empiria é o do abstrato, em que o sujeito se depara com um todo caótico e disforme, com conexões muito imprecisas, movimento aparentemente sem sentido e com elementos indefinidos e pobres de determinação. É pelo recurso da abstração, enquanto elemento constitutivo e necessário do processo de conhecimento, que o sujeito pode apreender a essência do seu objeto pela ultrapassagem da aparência abstrata do real. Partindo da aparência, da factualidade, dos dados existentes, mas negando (dialeticamente) este momento, o sujeito busca localizar os processos existentes no objeto, que lhe remetem a existência de novos dados que indicam outros processos, mediatizando, assim, o objeto pela razão (GRUNER, 2007). O sujeito busca elevar o abstrato ao concreto (NETTO, 2002e; 2020). Ao retomar aquela factualidade, o ponto de partida antes abstrato, esta aparece rica em dados mediados, organicamente articulados: temos então a sua

processualidade, os traços que, em meio a outras factuaisidades, lhe particularizam (NETTO, 1997). Este processo de abstração comporta momentos como o da sistematização dos dados que aparecem caoticamente no nível abstrato, porém somente a sistematização não é capaz ainda de apreender o movimento do objeto, não é, portanto, ainda uma teoria (NETTO, 1986), não atingiu o concreto enquanto síntese de determinações (NETTO, 2020).

Em uma lapidar apresentação do processo de abstração - e do próprio método marxiano - que permite ao conhecimento social apreender o objeto em sua essência, Netto (2020, p. 316 - *grifos do autor*) explica que o

abstrato [...] é despido ou paupérrimo de/em determinações, entendidas estas como traços constitutivos da realidade [...]. Determinações abstratas as mais simples (por exemplo, ‘a produção em geral’), obtêm-se mediante operações intelectivas de caráter analítico: um dado elemento é isolado de sua complexidade (da totalidade de que é parte) e examinado enquanto tal; esse procedimento só é possível porque o sujeito que pesquisa (com a sua ‘cabeça pensante’) dispõe da capacidade intelectual de abstração, que viabiliza precisamente a análise do dado elemento. Sem a capacidade de abstração, seria impossível ao sujeito que pesquisa chegar ‘às determinações mais simples’ [...]. A ‘viagem de retorno’ consiste no movimento que supera o isolamento em que a abstração situou o elemento examinado, inserindo-o na totalidade de que foi retirado [...] essa inserção, porém, implica uma nova operação de síntese que supõe que outros elementos da totalidade em questão foram igualmente abstraídos e submetidos a análise. Nos dois movimentos, tanto o que procede a ‘viagem de retorno’ quanto nesta, a abstração, como procedimento analítico do sujeito que pesquisa, está presente.

Em segundo lugar, essa abstração que visa se apropriar do objeto se processa por meio da apropriação-construção de um arsenal de categorias⁵, que são de natureza ao mesmo tempo teórica e objetiva, são recursos da abstração para o conhecimento e formas de ser da realidade: as categorias, na perspectiva em tela, são de caráter teórico-ontológico.

As categorias possuem um grau de autonomia em relação ao real, uma *legalidade particular* que permite tratá-las como teóricas (NETTO, 1997). Enquanto momento necessário da elaboração teórica (LARA, 2007), as categorias possibilitam, como diria Tonet (1993), a inteligibilidade racional do ser, sendo o “resultado de uma reflexão obstinada, que interroga o real reiteradamente” (IANNI, 1986, p. 3), visando a superação da factualidade e a apreensão da essência.

Mas não sendo o conhecimento teórico algo externo ao objeto, as categorias possuem natureza ontológica⁶, existência própria e independente da sua formulação teórica (NETTO, 1997; 2002e; 2011; LARA, 2007; TONET, 1993). Como colocado por Netto (2002e, min. 69), as categorias não são artifícios intelectivos que o sujeito se vale para conhecer a realidade, são antes “expressões ideais de traços efetivamente constituidores da realidade”.

⁵ Nos furtaremos aqui da explicação sobre categorias simples e categorias complexas, tendo em vista os limites do presente trabalho. Para uma exposição sobre esta especificidade, ver Netto (2020, p. 317-8).

⁶ Um adendo importante: “nem todas as categorias são ontológicas. Há categorias que são reflexivas. São artifícios que a razão precisa criar para apanhar o real” (NETTO, 1988, p. 112 - *grifo nosso*). Porém o autor parece abandonar esta ideia posteriormente, como veremos logo em seguida em Netto (2020, p. 316-7).

Em síntese, são a expressão no plano da consciência de categorias ontológicas, são modos de ser da realidade, como diria Marx, que não se identificam com ela, mas formam com ela uma unidade (NETTO, 1997).

O objetivo explícito da pesquisa marxiana, tomado como ponto de partida o modo de organização da produção material que embasa a vida social, é *conhecer as categorias que constituem e exprimem 'a articulação interna da sociedade burguesa' [...]* (propriedade, trabalho, valor, capital...). Para Marx, as categorias 'expressam formas de ser, determinações de existência' [...] - isto é: as categorias são *objetivas, reais* (pertencem à ordem da realidade, do ser - são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos analíticos, como o recurso à abstração, o pesquisador as reproduz idealmente (pertencem, *enquanto produto da elaboração mental*, à ordem do pensamento - são, assim categorias *reflexivas*). Tanto real quanto teoricamente, elas são *históricas e mutáveis* [...] (NETTO, 2020, p. 316-7 - *grifo do autor*).⁷

Importante retomar o que foi dito anteriormente por Netto (2020) sobre o caráter histórico e transitório das categorias, pois diz respeito ao próprio caráter relativo do conhecimento teórico, seus condicionantes e limites. Sendo as categorias modos de ser da realidade, ou, mais precisamente, modos de ser de uma realidade específica, sua validade se limita à realidade da qual ela é tanto uma expressão determinada quanto uma expressão que busca determinar (IANNI, 1986). Nas palavras de Netto (2011, p. 23), as categorias “são historicamente determinadas e esta determinação se verifica na articulação específica que tem nas distintas formas de organização da produção” (NETTO, 2011, p. 23).

[...] o universo de categorias em jogo é larguíssimo e sempre aberto: sejam aquelas já elaboradas/acumuladas no acervo teórico (e cuja vigência e validade precisam ser verificadas *nas análises atuais do objeto de pesquisa*), sejam aquelas a serem extraídas *das análises em curso*. Noutras palavras: para a análise do objeto de pesquisa, o sujeito recorre às categorias já conhecidas, verifica a sua pertinência atual e, aprofundando e determinando o exame do objeto na sua dinâmica contemporânea, dele extrai novas categorias. Para tanto, o sujeito deve conhecer as categorias já elaboradas e ser capaz de extrair do objeto as categorias nele existentes e (ainda) não processadas pela 'cabeça pensante' (NETTO, 2020, p. 322-3 - *grifo do autor*).

Por fim, sabendo que as categorias constituem uma unidade teórico-ontológica, não sendo meros recursos intelectivos para o conhecimento, é evidente que não estamos lidando com uma reflexão da ordem das definições. A definição trabalha de um ponto de vista externo ao objeto, que

⁷ A categoria de totalidade, por exemplo, axial para essa perspectiva (TONET, 1995), possui ao mesmo tempo natureza teórica, servindo como fonte e recurso heurístico para análise do objeto, e concreta, enquanto modo de ser da realidade. O princípio do conhecimento teórico enquanto reprodução no plano da consciência da essência do objeto exige essa unidade entre forma de ser e recurso teórico-metodológico. “Do ponto de vista da crítica da economia política [...] Marx formula a exigência da totalidade como categoria organizadora da reflexão, como categoria teórica, mas ao mesmo tempo pondo-a enquanto categoria teórica como expressão de um modo de ser da realidade [...] não se trata de uma categoria intelectualiva, ela é uma categoria ontológica, ela existe como tal, ela é uma expressão da existência social” (NETTO, 2002d, min. 10).

visa delimitar e organizar, enquanto que na perspectiva ontológica o ideal teórico é o da saturação de *determinações* (NETTO, 2002e; 2011; 2017) dos elementos constitutivos do próprio objeto.

Em si, o real e o concreto não são um *todo caótico*, arbitrário e/ou ale[at]ório: constituem uma *totalidade articulada e concreta* (um ‘todo orgânico’) *que só se revela como tal ao pensamento na síntese a que este se alça mediante a atividade cognitiva*. É essa atividade cognitiva que, na sua síntese *reproduz* o concreto real como *concreto pensado* (‘concreto mental’)⁸ (NETTO, 2020, p. 315 - *grifo do autor*).

O objeto da pesquisa, portanto, é um objeto rico em determinações, composto de diversos elementos que no seu relacionamento contraditório conformam o objeto e lhe dão dinamicidade⁹. É a síntese de múltiplas determinações. Não é o momento aqui de melhor precisar a natureza deste movimento, bastando salientar que é este movimento que a consciência visa reproduzir no plano teórico e que tal reprodução só é possível mediante a mobilização de categorias ontológicas que se processam pela saturação das determinações do objeto. Conhecimento teórico é ao mesmo tempo a identificação e análise das determinações e mediações existentes no objeto, que só podem ser apreendidas mediante a superação do seu caráter imediato (NETTO, 2002e; SILVA, 2013).

2.1 A RAZÃO DIALÉTICA

Avançando, é imprescindível neste momento explicitar um elemento que até aqui apenas figurou de maneira lateral: a razão. É ela que vai permitir à concepção ontológica do conhecimento estabelecer a relação de unidade entre o conhecimento teórico e o objeto analisado. Isso em dois planos unitários: enquanto capacidade intelectual e enquanto forma de ser da própria realidade. Vamos nos preocupar aqui principalmente com o segundo plano e da sua forma de relação com o primeiro, dado que é esta uma das marcas distintivas da perspectiva que estamos analisando.

De início é importante salientar que para a referida perspectiva, é apenas com a emergência do modo de produção capitalista que podemos falar nesse tipo específico de conhecimento social que é o conhecimento teórico. O despontar deste modo de produção está intimamente ligado ao aparecimento do ser social em um nível de explicitação que permitiu à consciência apreendê-lo enquanto ser específico (NETTO, 1988; GRUNER, 2007), imbricado ao próprio desenvolvimento de um modo particular de racionalidade: a razão moderna (NETTO, 1994). Afirma Netto que “só há

⁸ “Parece que foi o meu pensamento que pôs, que construiu esta concreção, não é verdade, está concreção já estava dada, mas a imediaticidade na relação com o objeto impedia que esta concreção emergisse, não é o pensamento que gesta o concreto, é o pensamento que reproduz, reconstrói, o processo de constituição do concreto” (NETTO, 2002e, min. 37).

⁹ “Uma estrutura teórica não é um modelo, não é um paradigma para se pensar a realidade, é a reconstrução ideal da estrutura real deste objeto, mas que é um objeto em processo [...] é uma processualidade movida, processualidade dinamizada, pelo sistema de contradições inerentes a este mesmo processo, isso aí é o que a gente chama de dialética” (NETTO, 2002d, min. 21).

teoria social, no sentido amarrado às teorias sociais, sob o capitalismo ou quando este começa a deslanchar”, dado que é neste momento que o ser social aparece “com um grau de explicitação tal que permite à razão pensá-lo como ser específico” (NETTO, 1988, p. 116). O aparecimento de forma mais límpida do seu objeto (o ser social) coincide, portanto, com a sua forma de ser internamente (a razão moderna).

Apontamos que de acordo com o prisma ontológico a consciência se apropria do objeto - suas determinações, mediações, movimento - racionalmente e que o conhecimento social possui uma legalidade particular que diz respeito à própria organização racional do pensamento. Ao mesmo tempo, também mostramos que esta apropriação não é algo externo ao objeto, mesmo que não se trate de uma identidade. Que o movimento, as determinações, a totalidade etc., são próprias da realidade. Isso é igualmente válido para a racionalidade. A razão se apropria de um objeto que é ontologicamente racional quando tomado em seu processo histórico e enquanto totalidade (LARA, 2007; 2017; GUERRA, 1999). E é por isso que o trabalho da consciência teórica é o de apropriação e reprodução ideal, e não de racionalização do real. A mente não torna o real racional, o real é racional.

A razão é também constitutiva do real. A realidade não é caótica. Ela é estruturada, tem um sentido próprio. Por isso ela é racional [...] A razão é constitutiva do processo histórico. Há uma concepção de realidade, de processo. Ele tem certas regularidades, não é caótico, tem uma estrutura. A razão emerge desse movimento [...] A razão está imersa na história, mas não se confunde com a história. A razão não tem uma objetividade que independe da história. E a história tem uma objetividade que independe dela. Não há sujeito sem história, mas pode haver história sem sujeito (NETTO, 1988, p. 159).

A razão emerge da história, daí o caráter materialista dessa explicação da racionalidade histórica. Dois apontamentos são importantes em relação a passagem acima: a primeira é a de que a racionalidade do real (ou da história, como queiram) decorre dos sujeitos que fazem esta história e de suas capacidades teleológicas, ou seja, possui um componente concreto que permite a existência histórica da sua racionalidade. O segundo apontamento, que na verdade é um desdobramento do primeiro, é o de que a racionalidade da natureza não é a mesma da história social. Sobre isso, Netto nos diz que “Lukács vai problematizar toda tradição marxista que vem lá do Engels, da relação entre dialética da natureza e dialética da sociedade”, pois “sustenta que só no ser social que se tem a possibilidade da teleologia e da liberdade” e que, portanto, não é possível conceber “a mesma dialética operando na natureza e na sociedade” (NETTO, 2002c, min. 41).

Aquela unidade que tratamos no início entre categorias ontológicas e o objeto estudado, no caso aqui o ser social, aparece agora melhor explicitada em seus pressupostos. O sujeito que investiga está dentro do objeto de investigação, daí o seu caráter unitário e que possibilita a reprodução no plano teórico deste objeto. Conforme explicou Lara (2007, p. 79) a “realidade

objetiva, por ser produto da práxis humana, é subjetividade objetivada, ao passo que a subjetividade, pelo mesmo motivo, é a realidade objetiva que adquiriu forma subjetiva”. Isso resulta em que “entre a consciência e o mundo objetivo não há fratura ontológica” e que impera a unidade entre “racionalidade objetiva” e “racionalidade subjetiva” (NETTO, 1994, p. 28). No movimento de apreensão do objeto, este é tomado como uma realidade objetiva que possui natureza subjetiva (coletiva) antes mesmo do início da pesquisa e que é sua condição inalienável em todo seu processo. A razão dialética, portanto, diz respeito, por um lado, à racionalidade intrínseca à realidade e por outro a um sistema categorial que possibilita a reprodução desta racionalidade (NETTO, 1994; GUERRA, 1999)¹⁰.

Conforme nos lembra Netto, essa unidade entre racionalidade subjetiva e objetiva é processual, em dois sentidos: “o mundo é pensado enquanto movimento dinamizado contraditoriamente, o ser tem sua efetividade no processo de colisões que é o seu modo específico de ser; e a consciência que reconstrói esse movimento (um *automovimento*) procede, ela mesma, por aproximações” (NETTO, 1994, p. 28 - *grifo do autor*).

Assim, parte-se do pressuposto de que as ações humanas tomadas em seu conjunto, na interação com a realidade “natural”, produzem resultados racionais, sucedendo na racionalidade da história. As práticas, conforme nos lembra Guerra (1999), tal como os fenômenos e processos, possuem regularidades que permitem que a razão as apreenda. Sendo o ser social um ser dotado de capacidade teleológica, o movimento racional da história é fruto da própria interação humana, da sua práxis. É essa a explicação que visa demonstrar que a razão é um produto que se gesta na história e que se reproduz nela, e não algo externo, transcendente ou natural.

O cuidado está em não confundir racionalidade subjetiva com racionalidade histórica. É a relação entre os sujeitos tomada em conjunto, de um ponto de vista histórico-social, que produz uma racionalidade histórica. Assim, ao agir racionalmente, visando fins determinados, o pôr teleológico do sujeito entra em relação com outros da mesma ordem, produzindo resultados que não foram necessariamente aqueles concebidos inicialmente. Conforme muito bem explicitado por Netto (1994, p. 37 - *grifo do autor*), “a história é um campo aberto de possibilidades entre a *liberdade concreta de cada sujeito e a necessidade e a legalidade objetivas* que decorrem da interação das suas objetivações, que, efetivadas, desencadeiam processos que transcendem os sujeitos”.¹¹

¹⁰ A razão dialética é “uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários)” e é aquela racionalidade “das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do ‘saber imediato’ (intuição) e do ‘entendimento’ (intelecto analítico)” (COUTINHO, 1972, p. 14-15 *apud* LARA, 2017, p. 61-2).

¹¹ “A história nada mais é que o resultado da ação dos homens sobre a realidade, no sentido de concretizar suas finalidades, ainda que, para isso, devam atuar sobre as relações causais que lhe são impostas, no sentido de modificá-las. Mais ainda, *constroem uma racionalidade*, enquanto expressão do pensamento e ação acionados no processo de trabalho ou como resultado da tensão entre causalidade e teleologia. Na fronteira entre as necessidades

Visando sintetizar o que foi colocado até aqui, nos valem novamente de Netto (1989, p. 93 - *grifo do autor*):

Nesta teoria social, o traço peculiar, mais pertinente e decisivo refere-se ao seu cariz *histórico-ontológico*. De um lado, a história aparece como o próprio constitutivo da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu plano mesmo: a razão se historiciza e a história se torna racional. De outro, esta reflexão teórica não se propõe como matriz ideal, modelo intelectual ou paradigma de explicação do real; ela se instaura como re-produção ideal do movimento real do próprio ser ... [ilegível] reconstrução, no nível da razão, do modo de ser do ser social. Antes de mais, esta teoria articula-se sobre a *perspectiva da totalidade*: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade – de maior ou menor complexidade. A categoria de totalidade, nesta angulação, é simultaneamente a categoria central da realidade histórico-social e a categoria nucleares da sua re-produção teórica.

Antes de prosseguir para análise mais centrada na relação entre sujeito e objeto no processo de conhecimento, é importante realizar alguns apontamentos críticos que talvez proporcionem um olhar mais acurado ao problema da relação entre ontologia e epistemologia e a forma com que o debate está colocado pelos adeptos da primeira perspectiva.

Buscamos enfocar ao longo desta investigação o princípio basilar em relação ao processo de conhecimento para a concepção ontológica, e todos os elementos que o compõem, qual seja, o da *reprodução ideal do movimento real do objeto*. Evidenciamos ainda que não se trata de um processo identitário entre ser e conhecer, mas de unidade.

No entanto, uma lacuna importante sobre esse processo foi identificada nas nossas investigações: *impera um obscurecimento das particularidades do desenvolvimento do conhecimento*. Este ocultamento carrega implicações significativas quanto às mediações existentes entre ser e conhecer e das possibilidades de reprodução ideal do movimento real do objeto “tal como ele é em si mesmo” (NETTO, 2011, p. 7). O desenvolvimento do conhecimento aparece quase como uma sombra que persegue o desenvolvimento do seu objeto - mesmo que de uma posição um pouco distante e deformada. O problema que deve ser levantado, do qual consideramos próprio não só dos fundamentos teórico-metodológicos marxianos, mas da linha ontológica do marxismo que aqui estamos tratando, é o das condições objetivas de produção do conhecimento e de como estas condições fornecem uma particularidade em relação à realidade estudada¹².

Outro ponto importante diz respeito à relação entre racionalidade subjetiva e racionalidade objetiva. Kameyama (1988, p. 160) certa vez afirmou que “a possibilidade da razão rebater na história é muito reduzida”, que apesar de imprescindível, a teoria “não é uma ‘tábua de salvação’” e que “a razão não esgota o real”. Não é o lugar aqui de se indagar se a autora concebe o real como

causais e a intencionalidade dos agentes residem as possibilidades de liberdade humana” (GUERRA, 199, p. 93 - *grifo do autor*). Ver ainda, sobre isso, Tonet (2005).

¹² Voltaremos à questão posteriormente.

racional ou como um construto da consciência que organiza o real racionalmente, aproveitamos a passagem apenas para colocar em questão o seguinte: que a ideia de uma razão histórica, nos termos postos pela perspectiva ontológica, pressupõe uma *identidade entre racionalidade científica (moderna) e racionalidade histórica*, sendo que aquela é um produto histórico particular e esta é constitutiva da própria história em geral.

Conforme expomos, para esta perspectiva foi apenas com o modo de produção capitalista que houve a emergência de uma racionalidade (a razão moderna) capaz de apreender a racionalidade do real. Para além da visão evolutiva do conhecimento e da ideia de um momento histórico de iluminação da realidade, esse tipo de explicação, quando encharcado de historicidade, não fornece respostas quanto aos motivos da confiança na razão moderna enquanto um ápice no modo de conhecer o ser social, sendo esta (a razão moderna) um *produto histórico determinado e sujeito a transitoriedade*. Tem-se a fé na imortalização da razão, como a forma definitiva de compreensão da realidade, mesmo que sujeita a aperfeiçoamentos.

Por que então devemos tomar a razão moderna (dialética) como aquela que corresponde a verdadeira forma de pensar, a mais autenticamente humana? Além de pressupor um progressivo (mesmo que não linear) aperfeiçoamento humano e sua capacidade intelectual (feito tendo como padrão, obviamente, a sua própria capacidade), termina por retirar todo carácter histórico, social e geográfico da formação desse pensamento. É necessário, portanto, colocar à luz da crítica às *condições históricas que possibilitaram o desenvolvimento e consolidação de uma determinada forma de pensar a realidade* (a razão iluminista), identificando não apenas o pólo das possibilidades que foram abertas, mas que, igualmente, o conhecimento moderno é fruto de condições históricas específicas e possui validade (legitimidade) histórica e sócio-cultural.¹³

O ponto salientado do solo histórico de formação e desenvolvimento da teoria social é dado no desenvolvimento progressivo da sociedade que proporciona, em um determinado estágio, a possibilidade da razão apreender a especificidade do ser social. Uma outra abordagem, que não necessariamente contradiz a anterior, mas que elenca como objeto outros problemas, é o de pensar este desenvolvimento da sociedade não apenas como um possibilitador para que a razão apreenda a especificidade do ser social, mas um período histórico que determina os problemas que serão considerados relevantes, as possibilidades e limites da razão e, assim, este desenvolvimento não figura mais como um simples desenvolvimento positivo para razão, mas como ao mesmo tempo limitador. Esse segundo caminho é o que encharca a teoria social das suas determinações históricas, tanto enquanto potência como limitador. É evidente que nesse segundo o problema do

¹³ Estamos, portanto, na esteira do conflito inerente ao “lugar geopoliticamente marcado do conhecimento” (GRUNER, 2007, p. 144).

conhecimento toma outros rumos, pois é possível questionar a própria ideia de um progresso do conhecimento, já que os próprios critérios para sua conclusão são critérios sócio-históricos.

Sem necessariamente escapar a este problema, dado que ele diz respeito à razão em geral, Netto afirma o caráter transitório da razão analítica sem, no entanto, explicar porque esta historicidade não se aplica a razão dialética:

A ordem burguesa, propiciadora da emersão da razão moderna, a partir de um dado patamar de desenvolvimento termina por incompatibilizar-se com a sua integralidade: por sua lógica imanente, deve prosseguir estimulando o envolver da razão analítica (a inteligência), mas deve, igualmente, obstaculizar os desdobramentos da sua superação (a dialética) (NETTO, 1994, p. 32).¹⁴

Ainda sobre essa questão, o enfrentamento ao problema da demonstração da racionalidade do real tem sido dúplice, uma explicitamente subjetiva: porque podemos entendê-la racionalmente; e outra pragmática: porque podemos submetê-la à gestão racional, controlar processos e prever movimentos históricos. A demonstração ontológica da racionalidade objetiva fica, portanto, comprometida por essas limitações, dado que não temos recursos, a partir da teoria ontológica, para demonstrar que o conjunto dos atos teleológicos dos sujeitos de fato produzem resultados racionais. Ao pressupor que a racionalidade das ações humanas, sua teleologia, possui a mesma legalidade - ou princípios de racionalidade - da história em geral, subentende-se que ação racional mais ação racional (leia-se: a interação subjetiva teleologicamente fundada) é igual à efeito racional (racionalidade objetiva), mas isso não está explicado, apenas enunciado.

O que gostaríamos de frisar - e que pode parecer uma obviedade, mas que tem sido usada correntemente como um argumento, como possuidor de qualidades críticas - é que o simples fato de uma visão ontológica afirmar que pretende apreender a essência do ser não significa que seja capaz de o fazer, dizer que as categorias são ontológicas não garante que de fato sejam.

Dessas questões decorrem outras: como é possível a existência de uma racionalidade da história natural? Ou, com outro enfoque, é possível falar em uma dialética da natureza? Se a racionalidade histórica é fruto da interação das objetivações dos sujeitos, de onde se origina a racionalidade de realidades que são independentes destes sujeitos, como é o caso da história natural? Admitindo que a racionalidade da natureza é externa aos sujeitos, possuindo uma legalidade interna, devemos nos questionar: mas que possui qual fonte?

A contra-ideia inerente aqui é que esta objetividade da razão moderna (seja ela dialética ou não), que foi a razão capaz de extrair a razão imanente da realidade, é na verdade a própria razão moderna apropriando-se do mundo em seus próprios termos, submetendo a realidade a

¹⁴ Esse tipo de argumento, segundo julgamos, serve muito menos como crítica ao capitalismo do que como legitimador de uma identidade entre teoria e política que busca afirmar que o proletariado (e o marxismo e o socialismo) está do lado da verdade (representada pelo marxismo) e que esta verdade é necessária.

sistematização e reorganização que possibilita atribuir sentido ao que está sendo analisado e em alguma medida submetendo a realidade aos imperativos da razão. Veremos no terceiro capítulo como Bourdieu confronta o problema da razão de forma satisfatória, por situar a razão em sua gênese e desenvolvimento sócio-histórico concreto.

2.2 A RELAÇÃO DO SUJEITO COM O OBJETO

Podemos agora discutir a relação entre o sujeito que investiga e o objeto investigado, no caso aqui o ser social, sendo esse o cerne do debate sobre o conhecimento. A investigação vai se centrar principalmente em determinar o papel desse sujeito na apreensão do objeto, entendido pela linha ontológica como um processo de apreensão da sua (do objeto) verdade/essência.

Nesta perspectiva, sendo o objeto o ser social, o sujeito da pesquisa não é externo ao seu objeto, antes é parte constitutiva dele. Tem-se, portanto, uma relação de unidade entre sujeito e objeto, em que, por um lado, o objeto possui uma objetividade particular, existindo para além e independente das representações que o sujeito faça sobre ele, porém, por outro lado, como não se trata de um objeto natural, não pode ser tratado como algo externo ao sujeito (NETTO, 1997; 2007)¹⁵. Sendo assim, “a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada com ‘objetividade’” (NETTO, 2011, p. 9).

Conforme apresentamos anteriormente, a aparência dos fenômenos não coincide com a sua essência, requerendo do sujeito um longo processo de investigação, que é feito por meio do recurso necessário da abstração, para captar o movimento e a estrutura do seu objeto (NETTO, 2020). Isso significa que além de não poder ser neutro ou imparcial na pesquisa, dado que esta auto-implicado no objeto, o sujeito deve ser *ativo*, interrogando, depurando, analisando e apreendendo as conexões existentes na realidade¹⁶. Complementarmente, o sujeito deve ao mesmo tempo estar *aberto* para o

¹⁵ “É preciso observar que Marx utiliza em alemão dois termos para designar *objeto*: a primeira vez diz *Genenstand*; a segunda, *Objekt*. Com essa diversa designação, Marx quer distinguir o objeto como objetivação não só teórica como prática e o objeto em si que é o que entra na relação cognoscitiva de acordo com o materialismo. *Objekt* é o objeto em si, exterior ao homem e à sua atividade; o objeto é aqui o que se opõe ao sujeito; algo dado, existente em si e por si, não um produto humano. A relação que corresponde diante desse objeto exterior e subsiste por si é uma atitude passiva por parte do sujeito, uma visão ou contemplação. O sujeito se limita a receber ou refletir uma realidade; o conhecimento não passa de um resultado da ação dos objetos do mundo exterior sobre os órgãos dos sentidos. O objeto é captado *objetivamente*, isto é, não como produto da atividade prática, não de um modo *subjetivo*. A subjetividade – entendida aqui como atividade humano sensível, como prática - é contraposta à objetividade, à existência do objeto como objeto em si, dado na contemplação. [...] O objeto do conhecimento é o produto da atividade humana e, como tal - não como mero objeto de contemplação -, é conhecido pelo homem” (Vázquez, 2007, p. 144 *apud* NETTO, 2020, p. 575 - *grifo do autor*).

¹⁶ “[...] a ‘cabeça pensante’, o cérebro do sujeito que pesquisa, não é uma espécie de ‘espelho’ que se limita a *refletir* passivamente o objeto que se apresenta imediatamente (parte de um todo a que caberia *atribuir* uma lógica ou um sentido plausível): um sujeito intelectualmente *ativo* deve operar indo além da *aparência* do objeto para encontrar a sua *dinâmica imanente*, a sua *essência* e suas relações com a totalidade de que é parte” (NETTO, 2020, p. 315 - *grifo do autor*).

objeto (NETTO, 2002b) e ainda “ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de *criatividade e imaginação*” (NETTO, 2011, p. 10 - *grifo nosso*).

A elaboração e formação de uma teoria social se dá por meio de aproximações sucessivas ao objeto estudado, isso em dois níveis não excludentes: o individual, do sujeito que investiga de maneira solitária, e o coletivo, que diz respeito ao conjunto da produção de conhecimento que se forma ao longo da história. Em ambos os níveis, dado que não existe conhecimento social de uma vez e para sempre, necessariamente deve-se envolver a elaboração de um conjunto de teorias setoriais, ou seja, de “cortes na realidade social”, de “abstrações operadas no processo social para trabalhar com mais cuidado, mais detidamente um determinado nível do social” (NETTO, 1986, p. 52), que devem estar submetidas à uma matriz teórica maior, que aglutina e dá coerência ao conjunto destas teorias. É nesse todo das teorias setoriais que se encontra a teoria social¹⁷.

Conforme colocado por Tonet (1993, p. 6),

[...] apesar de a objetividade ter o papel matrizador, a subjetividade não perde o seu caráter ativo, livre e consciente. Sem o trabalho ativo da consciência, as categorias ontológicas jamais se tornariam lógicas e o próprio ser social jamais chegaria a existir [...] A teoria do reflexo significa que a objetividade tem o papel fundante, mas que a subjetividade tem que ser necessariamente ativa.

Não sendo o sujeito um ente inerte no processo de pesquisa, um mero receptor mecânico do objeto tal como ele aparece empiricamente, ao contrário, deve ter papel ativo na busca por reproduzir a estrutura e a dinâmica do seu objeto, é preciso se interrogar sobre o modo com que esta perspectiva encara a possibilidade de um conhecimento ontológico sendo o sujeito ativo e não neutro. Ou seja, de como é possível o sujeito ao mesmo tempo ser ativo e reproduzir o movimento real do objeto na sua mente, sem colocar nada no objeto, mas antes extrair a sua verdade.

A resposta ontológica a questão do sujeito ativo na pesquisa, ativo pela sua abertura ao objeto e pela sua riqueza intelectual, e da possibilidade de alcançar um conhecimento essencial, verdadeiramente ontológico, é respondida por um dos seus principais interlocutores mediante um ideal teórico-metodológico: “a *máxima fidelidade* do sujeito que pesquisa ao objeto pesquisado” (NETTO, 1997, p. 79 - *grifo nosso*). O sujeito não coloca nada no objeto (NETTO, 2002e; 2020), atua ativa e criativamente para poder “trazer à consciência um objeto concreto, que é síntese de múltiplas determinações” (NETTO, 1997, p. 79), o seu papel é o de recolher, recepcionar e apreender o objeto (NETTO, 2002b).

¹⁷Marx, em conjunto com Engels, elaborou uma teoria social, na medida em que visava uma compreensão da totalidade social e apresentou o modo de ser do seu objeto, mas é evidente que esta teoria social para permanecer viva deve ser desenvolvida de acordo com o desenvolvimento do seu objeto, em meio a construções e desconstruções, debates e consensos. As teorias setoriais existentes na tradição marxista - sobre o Estado, cultura, classes, revolução, comunismo, gênero, raça etc. -, que receberam desenvolvimentos significativos desde a morte de Marx, submetem-se a esta matriz teórica maior que é a obra de Marx, que concede norte e unidade a estas teorias setoriais.

Essa forma de conceber o problema se diferencia mais uma vez daquela que enxerga a teoria como um modelo, pois o sujeito não visa a construção de uma teoria que dê conta do real¹⁸, mas antes seu ideal é o de se apropriar racionalmente do que o real de fato é. Com isso, quando dissemos que o sujeito não coloca nada no objeto e que deve ser fiel a ele, isso implica ainda que o objeto tende ao sujeito. O sujeito rico, capaz de investigar com profundidade e fidelidade o seu objeto, verá que este mostrará o caminho correto da investigação, as determinações, mediações, elementos fundamentais, sua dinâmica e estrutura. A própria seleção dos materiais não é um ato arbitrário do sujeito, mas antes uma imposição do próprio objeto. Inclusive a escolha do objeto, segundo Lara (2007), não se reduz à um incômodo subjetivo, advindo antes de algo carente de conhecimento sobre a objetividade social. Ou seja, o problema de pesquisa emerge e só pode aparecer com um questionamento ao sujeito na e pela sua inserção social, enquanto um problema que tem um significado social objetivo.

No momento em que o sujeito vai além da sistematização da prática, ele não atua como bem entende, mas deve se manter fiel ao próprio movimento do objeto: este é o guia daquele. O sujeito não produz uma imagem do objeto, o reproduz racionalmente em suas múltiplas determinações (NETTO, 1997). Tem-se, portanto, a crítica a concepção da teoria como modelo, ou mais precisamente, “a ideia de que o objeto do conhecimento é posto pelo sujeito”, de que “o sujeito estabelece o objeto o qual vai elaborar” (NETTO, 1986, p. 55).

[...] o papel do sujeito que pesquisa é efetivamente *ativo e criativo*: a *objetividade do objeto* (permita-se-me a aparente tautologia) só é desvendada/penetrada mediante uma intensa atividade cognitiva, que vai muito além de procedimentos de observação sistemática e de comparações históricas: ela convoca inclusive a *imaginação criadora* do sujeito para avançar na descoberta e na prospecção de suas *tendências de desenvolvimento* a partir da descoberta de sua dinâmica estrutural. À *verdade teórica* a que aqui nós aludimos – e que, em Marx, não se dissocia das dimensões da práxis e é, por isso, concebida de molde a romper simultaneamente com os polos antitéticos do *relativismo* e do *dogmatismo* – chega o sujeito capaz de tomar o seu objeto mantendo para com ele a *máxima fidelidade*, de fato, para Marx, a atividade cognitiva do sujeito deve submeter-se aos imperativos postos pelo objeto: são a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do sujeito. O conhecimento teórico verdadeiro, sempre aproximativo, aperfeiçoável e verificável na prática social, implica precisamente que a função do sujeito consiste em *nada acrescentar ao objeto*, mas em *extrair* dele os traços essenciais que o constituem. Ao sujeito que pesquisa, o objeto pesquisado exige, para a reprodução ideal dos seus traços essenciais, para além da honestidade científica de não imprimir ou atribuir o que lhe é alheio, uma alta qualificação intelectual e cultural: só um *sujeito intelectualmente rico pode apreender a riqueza imanente ao seu objeto* (NETTO, 2020, p. 316).¹⁹

¹⁸ “[...] Marx não nos apresentou o que ‘pensava’ do capital: ele nos descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe ‘atribuiu’ ou ‘imputou’ uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente ao capital) lógica – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 25).

¹⁹ “[...] sujeitos com tais atributos [ricos intelectualmente] são nascem prontos nem brotam do nada: eles são o produto de condições e experiências sociais, culturais e políticas muito determinadas [...] não há ‘produção de conhecimento’ - conhecimento *teórico* - feita por investigadores incultos, ignorantes da herança cultural” (NETTO, 2020, p. 650 - *grifo do autor*).

Algumas questões podem ser levantadas quanto à percepção ontológica da relação entre sujeito e objeto no processo de pesquisa. Estas questões dizem respeito principalmente às lacunas deixadas na construção teórica, que na passagem de uma argumentação à outra deixam encobertos alguns pressupostos, lacunas estas que, segundo entendemos, residem na ausência da apreensão do conhecimento teórico-científico como produto particular, histórico e socialmente determinado e limitado.

Afirmar que o sujeito deve visar a reprodução ideal do movimento real do objeto coloca mais problemas do que traz soluções, afinal é esta possibilidade de reprodução e os seus caminhos é que constituem o verdadeiro problema do conhecimento. Rechaçando a possibilidade de neutralidade do sujeito no estudo do ser social, dada a sua natureza auto-implicada e a necessidade de um sujeito ativo, mas ao mesmo tempo requerendo do sujeito a reprodução ideal do movimento real objeto sem que nada seja acrescido ao este último, tem-se uma *tensão entre passividade e atividade do sujeito que pesquisa*.

Se estivéssemos lidando com uma perspectiva que requer do sujeito uma postura neutra, não haveria qualquer complicação na afirmação de que "não cabe ao sujeito trazer uma imagem do objeto", mas antes proceder na sua reprodução ideal, que ao mesmo tempo não é reflexo, pois tem de agir ativamente, mas mesmo assim não seria formulando uma imagem. Pretensão aproximada, por exemplo, é a de Leopold von Ranke, de escrever a história tal como ela realmente aconteceu, sendo necessária a imparcialidade do historiador (BARROS, 2011).²⁰ A questão se torna mais complexa quando exigimos um sujeito que possua a capacidade de mobilizar o acervo intelectual e cultural historicamente constituído sem que, com isso, no seu processo de pesquisa, coloque algo no objeto, devendo este conjunto de conhecimentos servir unicamente de instrumento para retirar do objeto e passar para mente do sujeito a sua estrutura e dinâmica.

Uma expressão da debilidade teórica é a de que a questão de fidelidade do sujeito ao objeto é posto aqui em termos de vontade, e como bem colocou Lowy (2000), esta é uma posição tipicamente positivista, pois adota um critério subjetivo de verdade como ideal metodológico. Aliás, que tipo de conclusões podemos retirar da pretensão de conhecer algo "independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador" (NETTO, 2011, p. 7)? É evidente que

²⁰ Insistindo nessa insinuação de proximidade com o positivismo, compare-se às exposições de Guerra (1999) sobre o processo de conhecimento em Durkheim e em Marx. Em Durkheim: "As *sínteses* aí produzidas possuem existência real, porque se derivam de leis constantes; a sua razão de ser é determinada por características que lhe são imanentes e não segundo o ponto de vista do observador" (GUERRA, 1999, p. 59 - *grifo do autor*). Em Marx, na perspectiva ontológica adotada pela autora: "[...] é o objeto que prescreve o caminho que conduz ao seu conhecimento: é a singularidade do objeto que determina o encaminhamento metodológico, do mesmo modo que a escolha do método não se reduz ao arbítrio do sujeito, mas constitui-se na angulação mais adequada à apreensão da estrutura do objeto pelo sujeito" (GUERRA, 1999, p. 82).

este objeto tem existência independente do sujeito, mas este sujeito só pode apreender este objeto a partir dos seus desejos, aspirações e representações.

É evidente que tal posição é insustentável sem a afirmação de uma neutralidade, pois se o sujeito enfrenta o objeto a partir do acervo intelectual de uma época, logicamente que a apropriação que fará do objeto não estará só limitada ao acervo que dispõe, mas que este acervo é o que definirá o que é tido como factual, determinante, válido etc. Esta conclusão não é mais do que a implicação da ideia de que o ser define a consciência aplicada ao problema do conhecimento - “a riqueza subjetiva das suas representações depende das apropriações que realizam da riqueza objetiva das relações que estabelecem pelo trabalho” (GUERRA, 1999, p. 115) -, porém não mais tomando esta determinação social (e os conhecimentos de uma época) apenas como um instrumento viabilizador do conhecimento, mas igualmente como o definidor dos seus limites.

A falta de precisão das mediações da relação entre o sujeito ativo e a apreensão do objeto tal como ele é pode conduzir a interpretações absurdas como esta de Tonet (1995, p. 11 - *grifo nosso*):

[...] abertura crítica do ponto de vista do sujeito tem um sentido; do ponto de vista ontológico tem outro, inteiramente diverso. Do primeiro ponto de vista, ser crítico é um esforço da razão em policiar-se a si mesma [...] Daí a ênfase no diálogo, no confronto de idéias. Do segundo ponto de vista, supõe-se o anterior, mas agora é o objeto e não o sujeito que se torna o eixo do processo. *Quem faz a crítica das teorias não é uma ou outra teoria, mas o objeto enquanto integralidade.* Portanto, aqui, abertura crítica é o crivo a que o objeto efetivo, real, integral, submete as elaborações teóricas, acolhendo todas as contribuições que lhe permitem expor a sua (dele, objeto) natureza integral.

Concepção completamente absurda sobre o critério de verdade, pois toma o objeto como um ente autônomo, transcendental, que aos poucos vai se revelando aos sujeitos, impondo a sua verdade, corrigindo teorias por si só. É explícito que Tonet simplesmente suprime as particularidades do conhecimento científico, subsumindo a um ente transcendental chamado “objeto” e sua “verdade”. Se assim fosse, o objeto tenderia a revelar-se, a mostrar sua essência, quebrando o papel ativo do sujeito.

Daí a necessidade do aprofundamento sobre a relação entre ideologia e produção de conhecimento em geral e a busca de um conhecimento objetivo, que extrai do objeto sem nada colocar nele, pois conforme um autor assumidamente adepto da perspectiva ontológica afirmou: “Já na escolha da matéria social, do ‘objeto de estudo’, a ser investigada, a influência ideológica está presente. A relação entre ideologia e ciência social não pode ser avaliada sem necessariamente levar em consideração os valores ideológicos dos cientistas sociais” (LARA, 2017, p. 138).²¹

²¹ Conforme destacamos na introdução ao presente esboço, não iremos abordar a complexa relação entre ideologia e produção de conhecimento. Nos limitamos apenas a apontar a sua importância nas mediações entre sujeito e objeto no processo de conhecimento.

Como defender que no processo de investigação o sujeito nada coloca neste objeto investigado, se este sujeito difere de acordo com a bagagem teórica que traz, se trabalha dentro de parâmetros culturais (científicos) pré-determinados, se é socialmente condicionado até mesmo no processo de conhecimento e nos instrumentos que utiliza para apreensão do objeto? Em suma, como não afirmar que os resultados da pesquisa são aceitos ou negados por sujeitos históricos em determinado período histórico e por isso tem validade fortuita? Como o próprio Netto recentemente afirmou, parafraseando Lukács, “uma citação é sempre uma *interpretação*” (NETTO, 2020, p. 33 - *grifo do autor*), ou ainda, conforme precisou Gruner (2007, p. 103 - *grifo do autor*) ao constatar que “*toda interpretação do mundo, toda forma de conhecimento do real está inevitavelmente situada pelo posicionamento de classe, a perspectiva político-ideológica, os interesses materiais, os condicionamentos culturais ou a subjetividade (consciente ou inconsciente) do ‘intérprete’*”, da mesma forma, argumentamos que toda reprodução ideal do movimento do objeto é sempre uma interpretação, toda referência à uma interpretação é sempre uma interpretação da interpretação de uma dada reprodução ideal do movimento do objeto (GRUNER, 2007).

Exemplificando a importância desta relação e os problemas que ela pode gerar, segundo Netto a teoria social de Marx - e isso evidentemente se aplica a outras, se entendidas como teorias sociais - seu âmbito sócio-histórico de validade é o da ordem burguesa, tendo caráter universal neste domínio (NETTO, 1989; 1995; 1997; 2002c, 2017). Esse caráter universal da teoria, mesmo que com limites sócio-históricos, coloca em questão a sua relação com a análise específica de um recorte da realidade (próprio das teorias setoriais). A problemática na análise da especificidade é a de que partindo de uma teoria que trata essencialmente de leis gerais, de aspectos abrangentes da realidade e da sua dinâmica essencial, ou seja, que visa a totalidade social, é que está dada a possibilidade de reduzir ou encaixar as particularidades de um objeto determinado a esta teoria social, ao invés de apreender suas especificidades. Isso pode se dar em diversas etapas da pesquisa, desde a seleção e sistematização dos fatos, na consideração e identificação do que se constitui como essencial na análise do objeto, como na exposição dos resultados. Um sujeito-pesquisador marxista que analisa uma realidade específica vai começar por determinadas categorias que considera como teórico-ontológicas, tais como modo de produção, classe, divisão social do trabalho, alienação etc., buscando encontrar (mesmo que não deliberadamente) na realidade específica estas categorias e como elas se expressam. Em síntese, partindo de uma teoria com leis gerais, determinações universais, encontra-se na singularidade formas de ser desta teoria em um recorte específico, singularidades da totalidade que são em grande medida singularidades da teoria e não da realidade propriamente dita. Esta dificuldade só poderia ser superada com um rigoroso esforço teórico de revisão das categorias teóricas que o sujeito tem como pressuposto no momento da pesquisa, além de um largo conhecimento do conjunto do conhecimento historicamente acumulado, mas mesmo

este esforço não resolve em absoluto a dificuldade exposta acima, que encontra-se no seguinte: como determinar se ao final da pesquisa temos a reprodução do objeto tal como ele realmente é ou apenas a modelação da teoria à uma realidade microssocial?²². Veremos no terceiro capítulo que se trata de um problema geral das teorias e do seu papel determinante na pesquisa. No próximo tópico trataremos da determinação histórico-social do conhecimento social e voltaremos aos problemas acima expostos.

2.3 DETERMINAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO CONHECIMENTO

Em uma primeira formulação mais geral sobre a determinação histórico-social do conhecimento na perspectiva ontológica tem-se o seguinte: “todo grande pensador é a expressão de um movimento social, ainda que ele não o saiba, ainda que ele o negue, todo grande pensador, além de ter um problema, vocaliza um sujeito social” (NETTO, 2002f, min. 102). Em uma formulação mais universal: “quaisquer representações ideais, mesmo aquelas explicitamente não conservadoras, pressupõe uma base social determinada” (NETTO, 2020, p. 167).

Começamos não por um grande pensador, mas pela matriz teórica que compõe o pólo antitético com o marxismo: o pensamento burguês ou o positivismo como matriz que representa este sujeito social que é a burguesia e que não se limita ao positivismo enquanto uma das correntes sociológicas, mas diz respeito ao pensamento que, em oposição ao marxismo, não vai além do momento fenomênico do objeto. Mais detalhadamente:

[...] na nossa cultura [...] existem fundamentalmente duas matrizes metodológicas: a primeira é a matriz positivista [...] o Positivismo é uma tendência necessária que a sociedade capitalista põe à sua apreciação [...] o positivismo, tomado no seu sentido mais exato, consiste precisamente em o pensamento não se liberar dessa trava, em o pensamento não ultrapassar essa aparência coisificada dos fenômenos sociais (NETTO, 1986, p.53).

O positivismo, tal como é aqui entendido, não apenas emerge em um período histórico específico que proporciona as condicionalidades para sua emergência, mas surge como a afirmação desta ordem social, sendo uma de suas expressões no campo intelectual e que tem como horizonte de suas análises a sociedade burguesa como natural e não enquanto transitória. Isso não significa

²² A título de exemplo da importância dessa questão, Netto recentemente (2013, p. 24) apontou para o fato de que no âmbito dos “fenômenos e processos contemporâneos de ordem social e cultural mais específicos [...] apesar de alguns acúmulos relativamente recentes, registra-se um inegável déficit no acervo marxista”. Esta dificuldade já havia sido apontada, em outros termos e tratando do Serviço Social, por Faleiros (1988, p. 154), ao afirmar que “ao ‘ver de fora’, vocês esqueceram de ‘ver de dentro’ [...]. Uma das preocupações é situar o Serviço Social no seu contexto [...]. É vê-lo no seu processo de geração e não de cima para baixo. A opção da análise por dentro não exclui ver de fora, mas estabelece-se a relação entre ambas”. Ou seja, a dificuldade *concreta* está no estabelecimento de mediações entre uma teoria social de pretensões universais no seu âmbito de validade e teorias setoriais, na análise de fenômenos particulares.

que toda “teoria” que não seja a marxista não possua validade, porém, que dado o seu comprometimento ideológico ela está limitada em seu campo de visão e capacidade de análise.

Para Marx todo texto expressa a realidade, mesmo o texto ideológico [...] O que Marx vai dizer dos economistas clássicos, vai pegar as categorias dos caras e olha estas categorias, elas têm pertinência real, mas dado o comprometimento ideológico destes pensadores com a constituição de um mundo novo, eles são incapazes de reconstruir os condicionalismos históricos destas categorias [...] Não é a categoria que é enganosa, o que é enganoso é supor que esta categoria é suprahistórica (NETTO, 2002e, min. 74).

Pois bem, o importante agora é verificar como esta perspectiva aplica o materialismo histórico a si mesmo, tal como empreendido (não sem problemas) por Lowy (2020). Se o pensamento burguês possui um fundamento sócio-histórico e tem seus limites no interior desse momento histórico, daí o seu caráter transitório e ideológico, como este mesmo tipo de análise se aplica à teoria social de Marx? Para a perspectiva ontológica, se o positivismo vocaliza os interesses históricos da burguesia, “pela boca de Marx fala o proletário revolucionário, ainda que o proletário revolucionário não saiba”, mais precisamente, “Marx vocaliza os interesses históricos do proletário, Marx é a expressão no plano do pensamento da transformação do proletariado urbano-industrial de classe em si à classe para si” (NETTO, 2002f, min. 103).

Bem entendido, os “interesses históricos” não dizem respeito ao histórico das lutas do proletariado, da mesma forma que o positivismo não representa necessariamente a história da burguesia. Representa antes as perspectivas históricas destas classes sociais. No caso da burguesia, a manutenção das coisas tais como elas estão na sua estrutura, para o proletariado, a superação da sociedade burguesa e a sua conseqüente libertação. Marx e o marxismo expressam “*a vontade política da classe operária, o projeto da classe operária*” (NETTO, 1986, p. 71 - *grifo do autor*). Tais interesses não aparecem empiricamente em suas lutas concretas, dado que “a consciência da opressão e contra a opressão não brota diretamente nessa luta”, sendo “o vetor da consciência” “introduzido de fora da fábrica”, pela teoria social de Marx e sua tradição (NETTO, 1986, p. 68), nesse sentido, vão “*até contra as formas de consciência da classe operária*” (NETTO, 1986, p. 71 - *grifo do autor*).²³

Portanto, as ideias revolucionárias de Marx tinham como solo um período histórico em que uma classe revolucionária já era realidade, esta constitui o suporte daquelas, as suas possibilidades históricas (NETTO, 2020). “A perspectiva com a qual Marx analisa a ordem burguesa”, defende Netto, “é impensável se não de um ponto de vista também teórico-revolucionário”, sendo que o envolvimento político de Marx “incide geneticamente na sua obra” (NETTO, 2002f, min. 20).

²³ De antemão deixamos a indagação que o próprio Netto colocou logo após estas colocações, porém sem respondê-la: “Então por onde é que passa esse leque, ou essa amarração da teoria com a prática cotidiana?” (Netto, 1986, p. 71).

Conforme vimos, a natureza determinada do conhecimento social figura como ponto de crítica do qual se vale a perspectiva marxista ontológica. No entanto, esta determinação não é aplicada enquanto autorreflexão nos mesmos termos. Enquanto que para a perspectiva positivista os seus condicionalismos históricos representam um limitador²⁴, em Marx figuram como um leque aberto de possibilidades e limitantes apenas naquilo que Marx poderia conhecer em vida²⁵. Ocorre uma supressão das particularidades da produção de conhecimento quando a análise se volta para o positivismo. Particularidade essa, aliás, recorrentemente recordada quando tratada a relação entre a teoria social de Marx e implementações prático-políticas inspiradas em sua obra:

O que desejo realçar enfaticamente com esta rápida digressão é que a dinâmica das *crises teóricas* não é determinada pelas *crises de implementação prático-política*. Mais ainda: é preciso particularizar, no caso das primeiras, em que *espaço cultural* e em que *nível teórico* elas ocorreram e qual a sua *específica referencialidade* à obra marxiana (NETTO, 1991, p. 81 - grifo do autor).

Quanto a este ponto das particularidades do conhecimento, conforme já exposto, figura como uma lacuna de maior importância na perspectiva que estamos analisando. Se a seguinte ideia é verdadeira: “o conhecimento rigoroso da sua produção material não basta para esclarecer a riqueza das relações sociais que se objetivam no marco de uma sociedade assim complexa” (NETTO, 2011, p. 17); então é necessário realizar uma análise das particularidades da produção de conhecimento e dos aspectos que singularizam o conhecimento científico dos outros conhecimentos, não apenas no campo das ideias, mas na sua conjuntura histórico-social e seus determinantes concretos. Nesse sentido, julgamos de extrema pertinência o enfoque dado por Lowy (2000, p. 102) de que “a problemática da autonomia relativa da ciência é, nos escritos de Marx, um complemento essencial (em geral implícito) à sua crítica das limitações ideológicas da economia política”. Esta particularidade só aparece muito timidamente na concepção ontológica, como em obra recente de Netto (2013)²⁶.

A título de demonstração desta lacuna, analisemos a seguinte passagem de Netto (2020, p. 304 - grifo do autor):

²⁴ Guerra (1999) é uma expressão de como essa forma de proceder (pela supressão das particularidades da produção de conhecimento) é ainda impregnada na reflexão teórica atual (como na análise da crise dos paradigmas nas Ciências Sociais).

²⁵ “[...] o fato de que para Marx o seu trabalho era um trabalho a serviço de, a serviço da revolução, a serviço da classe operária, isso não significa absolutamente que ele subordinada às suas conclusões teóricas a estes objetivos” (Netto, 2002b, min. 48)”

²⁶ “[...] a produção própria da *intelligentzia* – a produção de ideias – está sempre vinculada mediatamente a suportes sócio-materiais; ou ainda: as construções ideológicas refratam condições históricas reais no interior de quadros de referências que abrem alternativas plurais a partir de dinâmicas ideais *com ponderável nível de autonomia*” (NETTO, 2013, p. 16 - grifo nosso).

[...] o *laboratório teórico* de Marx, no qual resultará *O capital*, não operou de modo asséptico - nele, as mais rigorosas exigências científicas não carregavam qualquer ranço de uma eventual 'neutralidade': era um laboratório no qual a busca incansável da *verdade teórica* vinculava-se estreitamente à *perspectiva revolucionária* de que o proletariado era o portador e a garantia.

Qual o terreno destas “rigorosas exigências científicas”? Elas estão em um espaço consensual entre perspectiva revolucionária e burguesa, do qual é possível inferir a validade de uma teoria independentemente da perspectiva de classe? O que desejamos chamar atenção é que este terreno possui particularidades que não foram exploradas pelos autores e que diz respeito a um ponto central no problema do conhecimento. Da mesma forma que na exigência da maior fidelidade possível do sujeito ao seu objeto, não existe organicidade entre determinação social da consciência intelectual, perspectiva de classe e processo de conhecimento. Essa debilidade expressa-se ainda quando Netto afirma que aquele tipo de conhecimento que emerge com o advento do modo de produção capitalista, qual seja, o da teoria social, possui exigências da própria organização do conhecimento (“princípios internos”): trata-se de “um complexo sistemático de proposições relacionadas, que se autoderivam, se auto-explicam e se auto-implicam” (NETTO, 1986, p. 52), ou ainda, um “conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento” (KAMEYAMA, 1988, p. 100). Essa lógica interna aparece como algo evidente em si mesmo.

2.4 O CRITÉRIO DA VERDADE

Como último elemento constitutivo da perspectiva ontológica que pretendemos abordar temos a “verdade”, ou, mais precisamente, os critérios que nos levam a considerar uma teoria verdadeira ou não. É com base na definição desse critério que devemos fundamentalmente julgar a possibilidade de um conhecimento ontológico da realidade.

Buscando se manter fiel ao que nos apresenta essa visão sobre o tema, iniciamos apontando para o caráter relativo do conhecimento e da verdade, para excluir interpretações de que está no horizonte desta perspectiva o esgotamento do objeto, o alcance de uma verdade imutável, estabelecendo assim uma linha divisória entre a metafísica moderna e a perspectiva ontológica. Este caráter relativo da verdade, para além dos condicionamentos históricos que tratamos no tópico anterior, se deve a própria natureza da realidade analisada, que impossibilita o seu esgotamento “em primeiro lugar pela extrema complexidade do real [...] em segundo lugar pela mobilidade, pela dinamicidade deste real” (NETTO, 2002e, min. 43). É essa processualidade permanente da realidade, segundo Tonet (1996, p. 11), que constitui o caráter essencial de abertura e crítica, dado que “sendo objeto o polo regente do conhecimento e tendo ele (objeto) um caráter processual e

completo e ainda sendo a reprodução intelectual dele (objeto) sempre mais pobre que o próprio objeto, o sujeito terá que estar numa atitude permanente de abertura para revisão dos resultados obtidos”. Impera, assim, uma constante tensão entre a universalidade do conceito e das determinações concretas do real (GRUNER, 2007).

Sendo o próprio objeto que impõe as limitações ao alcance da sua verdade - e não os limites da razão como indaga-se a tradição neokantiana -, este estágio de esgotamento do conhecimento de um objeto, da apreensão de todas as suas dimensões, só é possível quando do esgotamento do próprio objeto, quando não mais existir dinamismo no seu ser, quando sua complexidade tornar-se um fato histórico e não mais uma realidade viva e em movimento (NETTO, 2002g; 2011).

Um outro ponto é que o caráter relativo da verdade está no seu próprio processo de constituição, ou seja, no processo do conhecimento que parte da empiria em busca da estrutura e da dinâmica do objeto. Neste processo todo conhecimento é passível de crítica, revisão e aprofundamento (NETTO, 2002g; IANNI, 1986), pois o conhecimento se processa não linearmente, mas com idas e vindas, abandono de hipóteses etc., e que quando se trata da construção de uma teoria social, é um processo que está além de um único sujeito, mas que envolve uma construção coletiva.

Feita essas colocações sobre o caráter relativo (porém não relativista) da verdade, faz-se necessário agora definir o que é a verdade para essa linha do marxismo:

Para Marx, a verdade é - para retomar a fórmula eu diria aristotélica - a coincidência, o encaixe, digamos assim, de uma representação teórica com um objeto que a antecede, objeto não necessariamente material. O que distingue Marx dessa linha de continuidade é que o critério de verdade para ele não é um critério da consciência solipsista; é a prática social que aparece como critério de verdade (NETTO, 1997, p. 78).

Adentramos assim a questão central que diz respeito à definição dos critérios de verificação da verdade de uma teoria, pois como colocado no início da nossa investigação, toda teoria tem de ser verificada, tem de demonstrar sua validade, ou ainda, provar que de fato trata-se da reprodução ideal do movimento real do objeto. Para Marx e para esta perspectiva, o critério de verdade é a “*prática social tomada como um todo*” (NETTO, 1986, p. 69 - *grifo do autor*).²⁷ Sem prescindir da coerência interna, uma teoria adquire a sua prova de validade “no confronto com a dinâmica profunda dessa sociedade” (NETTO, 2020, p. 33).

Os critérios para averiguação da verdade não são “pontos de referência que tomamos no ponto de partida” (NETTO, 1986, p. 51-2), ao contrário, o critério da verdade deve ser estabelecido nesta unidade entre subjetividade e objetividade de uma forma muito particular, em que a

²⁷ “O acesso ao em si do objeto [...] [é dado] pela articulação entre o momento teórico, que já é uma reprodução determinada do objeto e o momento prático, quando a teoria terá que mostrar o seu caráter efetivo de verdade para que o fim pretendido possa ser alcançado” (TONET, 1995, p.12).

subjetividade da verdade só pode ser concebida quando tomada enquanto subjetividade objetivada (objetividade fruto de relações sociais subjetiva) e não autônoma. Conforme explica Tonet (1995, p. 10), “[...] numa perspectiva ontológica, o saber tem como fundamento o ser; a verdade está no ser, ela não é uma construção autônoma da subjetividade, do mesmo modo como os critérios de verdade e, portanto, da cientificidade, não são um produto subjetivo, mas uma imposição do objeto”, a conclusão, portanto, não poderia ser outra: “Desde ponto de vista, é absurdo que possam existir várias verdades a respeito do mesmo objeto”.

Em uma exposição mais bem acabada:

[...] aquela afirmação da teoria como reprodução ideal do movimento real do objeto é inteiramente insatisfatória se eu não tiver uma instância que permita aferir [...] da fidelidade dessa reconstrução ao objeto reconstruído [...] Marx, como pensador ontológico, considera que o problema da teoria é o problema da sua verdade prático-social, que independe de consensos quaisquer, qual é esta instância? Qual é o critério de verdade de uma teoria? Como pensador ontológico e materialista, para Marx este critério de verdade é a prática socio-histórica (NETTO, 2002g, min. 29).

Após essa breve exposição sobre a verdade e os seus critérios, resta-nos realizar alguns apontamentos. O primeiro deles é uma dificuldade: definir esta prática social como critério de verdade, ou ainda, precisar melhor o que se entende por prática social e as mediações como critério da verdade. Se ela retira do plano da consciência individual o critério de verdade e lança para um plano concreto, porém genérico da “prática social tomada como um todo”, dois são os equívocos possíveis: de adotar como critério de verdade um pragmatismo²⁸ ou de cair em uma generalidade que não diz mais do que “a realidade é o critério da verdade”, ou ainda, que a verdade do objeto está no objeto. Ou seja, tal como foi formulado o critério de verdade se tornou uma válvula de escape, como se fosse algo óbvio e que não necessita de mediações explicativas.

Um segundo ponto que a seguir será melhor precisado é o de que o critério da prática sócio-histórica não pode ser válido para conhecimentos que já ocorreram, ou seja, para aqueles objetos que já esgotaram o seu desenvolvimento, pois trata-se de um critério que visa o futuro, uma determinada teoria atual será validada ou negada pela prática social futura, pelo próprio desenvolvimento do objeto. Quando aplicamos este mesmo critério para aos fatos históricos, ao cabo de uma possível resposta lateral pela afirmação de que o conhecimento sobre o passado também é acrescido à medida em que se desenvolve a sociedade - mas que não necessariamente

²⁸ Essa é uma via de interpretação enganosa, evidentemente. Conforme explica Antunes (2016, p.72), “em Marx e Engels a questão parece remeter para o desenvolvimento da realidade como um todo, dialético, procurando compreender a ação recíproca desse mesmo todo, para o pragmatismo a questão parece remeter quase exclusivamente para o campo de um êxito subjetivo (quer epistemológico, ontológico, como político), deixando por resolver, por exemplo, a questão do desenvolvimento da realidade, ou seja, de alguma maneira a realidade parece estar dependente do sujeito que conhece pela prática”.

possui como critério de verdade a prática sócio-histórica -, tem-se de admitir um grau maior de autonomia do conhecimento histórico do que correntemente essa perspectiva está disposta a conceder. Nesse ponto, as discussões sobre a Teoria da História, no campo ciência histórica, possuem contribuições significativas das quais é urgente se apropriar.

Para o terceiro ponto, vejamos antes dois exemplos, dados pelos adeptos desta concepção, de conhecimentos aferidos com base no critério de verdade acima exposto:

[...] da sua análise do movimento do capital, Marx [...] extraiu a lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza (relativa e/ou absoluta); nos últimos cento e cinquenta anos, o desenvolvimento das formações sociais capitalistas somente tem comprovado a correção da sua análise, com a “questão social” pondo-se e repondo-se, ainda que sob expressões diferenciadas, sem solução de continuidade. E ainda outro exemplo: analisando o mesmo movimento do capital, Marx [...] descobriu a impossibilidade de o capitalismo existir sem crises econômicas; também, no último século e meio, a prática social e histórica demonstrou o rigoroso acerto dessa descoberta (NETTO, 2011, p. 9).

Em primeiro lugar, confirma o que expomos anteriormente sobre se tratar de um critério exclusivamente para o futuro. Em segundo lugar, podemos nos questionar: será esse critério válido para outros problemas do conhecimento, mesmo aqueles que dizem respeito a um objeto ainda em desenvolvimento? Afinal, nos exemplos dados tratam-se de problemas muito específicos que dizem respeito às tendências econômicas do modo de produção capitalista, verificáveis em termos estatísticos e quantitativos. Mas e os problemas qualitativos como, por exemplo, a validade da teoria da luta de classes hoje na sua forma clássica, da teoria do Estado, da alienação etc.? É evidente que não se pode demonstrar a verdade deste conhecimento por este critério da prática sócio-histórica tal como acima apresentado. Não são problemas tais como o da teoria da gravidade em que você pega um objeto, eleva em uma certa altura e solta, se ele cair está comprovada a teoria. Nesse sentido, este critério de verdade na interpretação de Netto é ou muito próximo do das ciências naturais ou é pragmático.

Devemos nos valer deste mesmo critério para comprovação de que o proletariado permanece sendo o sujeito histórico da revolução? Que a tendência das contradições entre forças produtivas e relações de produção é verdadeira? Como explicar, com base neste critério, a permanência do debate em torno da validade da teoria do valor trabalho dentro e fora do marxismo? A título de exemplo, Netto nos diz que “se você quiser se valer da teoria do valor de Marx para explicar os preços, as dificuldades são enormes. A teoria está errada? Não, não está, ela opera num outro nível, num outro plano explicativo” (NETTO, 1986, p. 72). E como a prática social se torna o critério de verdade neste nível?

Vejamos ainda um outro exemplo dado pelo próprio Netto:

Quase todas as previsões históricas de Marx foram um equívoco. Todas as suas previsões teóricas foram corretas. Há um contra-senso aí? Não, não há contradição nenhuma. É que o âmbito da teoria é necessariamente o âmbito da universalidade [...] significa que, quando você passa da universalidade teórica para a particularidade concreta, há um conjunto de mediações que o pensamento não controla inteiramente (NETTO, 1986, p. 70).

Entendendo “universalidade teórica” como “previsões teóricas” e “particularidade concreta” como “previsões históricas”, ou seja, Marx acertou teoricamente, mas errou nas particularidades de suas previsões. Significa ainda que o conhecimento teórico é sempre relativo, pois o conhecimento destas particularidades concretas podem demonstrar que este conhecimento que está no âmbito da universalidade é insuficiente ou errado. É por isso que todo conhecimento teórico do social é sempre provisório. O ponto crítico desta exposição de Netto é diferenciar previsão teórica de previsão histórica, dado que toda teoria é uma teoria sobre a história e deve ter a história como critério de verdade. A previsão da queda tendencial da taxa de lucros é histórica ou teórica? Da acentuação da luta de classes? Além disso, essa passagem demonstra como a relação entre teoria social como universalidade que comporta teorias setoriais (análises particulares da realidade) e a prática social como critério de verdade comporta problemas que não foram bem enfrentados.

Por fim, a última dificuldade que gostaríamos de apontar está na relação entre a consciência histórica e a história factual, da qual apontamos em outros termos lá no início, quando discutimos especificamente a relação entre razão objetiva e racionalidade científica. Se o pensamento é capaz de apreender o objeto tal como ele realmente é, se as categorias são formas de ser da realidade, como é possível pensar a historicidade do conhecimento levando-se em consideração a consciência histórica de uma época, em uma fração específica da sociedade responsável pela elaboração teórica e o acúmulo teórico pré-existente? Para a perspectiva aqui em análise, o devir do conhecimento só pode ser um progressivo autoconhecimento do ser social. Se uma categoria é revista, isso se deve não a mudança da consciência histórica sobre os critérios de validade utilizados anteriormente, mas a um erro teórico puro e simples. Não existe qualquer interferência da consciência (a não ser por meio da práxis que constitui a própria realidade) na definição do que é verdadeiro. A verdade do objeto ou fenômeno é tomada como algo existente em si mesma - independente do sujeito do conhecimento -, que apesar da sua historicidade imanente, quando esgota o seu desenvolvimento torna-se plenamente apreensível. A relação entre o sujeito do presente que conhece o passado a partir do presente existe aqui apenas na medida em que este sujeito do presente está em condições de melhor apreender as determinações da realidade que se tornou parte da história. O mais complexo, em Marx e para perspectiva ontológica, explica o menos complexo. Mas esquecem que ao mesmo tempo em que explica, modela, constrói uma imagem do passado a partir do presente, sendo este aspecto oculto na construção teórica desta perspectiva. Tanto neste ponto como na

assertiva de que o conhecimento completo do objeto só é possível após o seu esgotamento histórico, existe uma lacuna profunda sobre discussões do conhecimento histórico realizados pela ciência histórica (ver, por exemplo, Malerba, 2006).

O próprio objeto é subjetividade objetivada e não um polo passivo do processo de conhecimento, mesmo que dinâmico e em desenvolvimento. Com o desenvolvimento do objeto, altera-se o ser social e altera-se a subjetividade, conseqüentemente altera-se não apenas o nível de conhecimento, mas seus próprios fundamentos, validades, critérios etc. Em outras palavras, o próprio conhecimento enquanto particularidade, é movente. É o que o próprio desenvolvimento das ciências em geral demonstra: construção, reconstrução, revisão etc. Nem toda revisão de um conhecimento deve-se à existência de um “erro” ou “falsidade” dos resultados, mas das suas “limitações” ou ângulos de análise, do que deve ser ou não considerado relevante e os caminhos para alcançar estes resultados. Formulada de outra maneira, *o critério de verdade é também uma luta por hegemonia*, que envolve debate, luta e consensos, “que a busca da verdade identifica-se com a busca de poder” (GUERRA, 1999, p. 98), mas que não deve ser tomado apenas no âmbito geral das lutas de classes, num reducionismo sociológico, como afirma Lowy (2000, p. 114)²⁹.

Gruner (2007, p. 146) defende que os “múltiplos ‘giros’ (lingüístico, semiótico, hermenêutico, estético-cultural) produzidos ao longo do século XX” resultaram em uma projeção de questões - tais como, segundo exemplifica o autor, “a linguagem, a subjetividade, os ‘imaginários’, a ‘textualidade’, os limites do ‘logocentrismo’, as ‘novas’ formas de identidade étnica e sexual, mais tarde o ‘culturalismo’, a ‘pós colonialidade’” - que, segundo ele, os clássicos “não podiam haver tomado em conta em virtude de que são problemáticas emergidas e visibilizadas a partir daquelas transformações relativamente muito recentes na economia, na política, na sociedade e na cultura mundiais”. Isso implica que com a mudança da realidade, que implica em transformações objetivas e subjetivas, emergem novas relações que impõem tanto a ampliação do conhecimento existente, como a necessária revisão das conexões anteriormente sabidas e conseqüentemente das categorias e teorias que buscavam dar conta de uma determinada realidade. É próprio desta mudança, pois não é algo que ocorre independente da ação e consciência dos sujeitos, independente da práxis portanto, que haja então uma mudança na percepção da própria realidade, não daquela que emerge como novidade apenas, mas igualmente em relação aquela que já passou, e isso torna-se o principal impulsor, juntamente com a própria mudança das condições sócio-históricas, para revisão

²⁹ Aplicar a seguinte ideia de Ianni (1986, p. 12) também ao conhecimento: “[...] há conjunturas na História da Sociedade que são fecundas e que revelam várias possibilidades. No momento em que uma das tendências vence, as outras se fecham, são apagadas, são destroçadas, ou perdem vigência. E a vencedora acaba incutindo na História da Sociedade uma direção que é uma das direções possíveis. Essa é uma maneira de pensar que eu acho que evita nós cairmos no mecanicismo de pensar que a História é uma deusa da sabedoria e que tudo o que acontece na História é o inexorável, é o estabelecido, e o definitivo. Eu prefiro pensar que a História sempre reserva uma certa margem de intenção, de criação, de opções”.

teórica. O debate sobre a relatividade do conhecimento tem de levar em consideração este aspecto fundamental.

Entendemos, de tudo que foi dito até aqui, que os equívocos decorrem de uma interpretação que não considera os limites da formulação de Marx sobre o critério de verdade. Duas passagens de Ianni são indicativas de como a forma com que interrogamos a obra de Marx nos conduz a caminhos diversos. A primeira delas diz respeito ao problema, que identificamos anteriormente ainda neste tópico, sobre a influência da consciência histórica na definição da verdade sobre um fato histórico passado, e que diz respeito à própria relação entre sujeito e objeto em geral:

A realidade está sempre impregnada, recoberta de interpretações que precisam ser desvendadas para que possamos explicar o real [...] o que está em questão, sem exagerar é de como se cria a realidade, como se constitui a realidade e de como essa interpretação vem se desenvolvendo, ela contribui para a constituição do real. Contribui para a revelação das relações, dos processos, das escrituras, das tendências que constituem o real. Nesse sentido, a interpretação não resulta em algo que se põe fora da história, fora do objeto. Ela impregna o objeto [...] Quer dizer, o pensamento vai impregnando a história. A história se impregna do pensamento. E de repente dá uma forte influência recíproca, sentido da constituição, recíproca do real e do pensado (IANNI, 1986, p. 7).³⁰

Quando nos deparamos com um fato, portanto, não estamos apenas diante de um fato puro e simples, mas de um conjunto de pensamentos e interpretações existentes sobre ele e que interferem diretamente no processo de pesquisa. Não se trata apenas de teorias formalmente elaboradas, mas de interpretações que mesmo no nível da cotidianidade constituem uma das determinações deste fato que está sendo analisado. A relação entre consciência histórica e os fatos da história deve, assim, merecer um aprofundamento maior.

A segunda passagem nos permite indagar sobre os limites da ideia formulada por Marx de que o critério da verdade é a prática social. Diz Ianni (1986, p. 8) que,

É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade, o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento, isolando-o da práxis, é uma questão escolástica, isto é, ele [Marx] está insistindo numa exigência fundamental da epistemologia dialética. Desde que a prática é em última instância o critério de verdade. Não a prática no sentido de experimento de laboratório, a prática no sentido da história, no sentido de leis e tendências no momento da história. E no sentido de que o pensado e o pensamento se constituem reciprocamente. Nesse sentido, é que o pensamento dialético é prático-crítico. Toda vida social é essencialmente prática. Todos mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis.

A partir dessa explanação do autor, propomos uma interpretação em que o ambiente intelectual de Marx e os seus interlocutores críticos são fundamentais para entender suas ideias

³⁰ Ideia próxima aparece em Gruner (2007, p. 106).

sobre conhecimento e verdade. Estas ideias, segundo argumentamos, só ganham importância e relevo se confrontadas com o idealismo e o materialismo mecânico (e de Feuerbach) da época. Entendemos que não é possível extrair da passagem da prática social como critério da verdade os pressupostos últimos de uma teoria do conhecimento acabada, bem como que Marx nos deixou apenas indicações críticas e pressupostos teórico-metodológicos. Isso fica evidente, por exemplo, na mesma passagem em que consta esse conceito de verdade, quando Marx afirma que a “indústria constitui o livro aberto das forças humanas essenciais”. Explicitamente temos aqui uma caricatura, mas que busca dar o tom dos fundamentos inconsistentes de que parte Feuerbach. Ou seja, são exposições que para o confronto teórico que se propunha, tem poder crítico e teórico, mas para o confronto teórico que não se propõe (historicismo e posteriores), são apenas indicativos muito iniciais. Trata-se, simplesmente, de provar que um pensamento é verdadeiro não apenas pela sua lógica interna ou pelo confronto de ideias por si só, mas porque possui concreticidade, é passível de verificação empírica. É evidente que este tipo de interpretação é conservadora em relação aos limites da ideia marxiana se comparada à perspectiva ontológica.

Mesmo não fazendo parte da mesma matriz teórica e não carregar os pressupostos ontológicos do conhecimento, as contribuições da Sociologia do Conhecimento e especialmente da Sociologia da Ciência.³¹ Retomar o estilo de trabalho crítico de Marx se faz cada vez mais urgente neste campo de debate, pois os diálogos críticos com os dois ramos da sociologia que citamos acima são praticamente inexistentes nesta linha do marxismo - e quando o fazem, como em Guerra (1999), é sem o devido rigor teórico. A seguir buscaremos demonstrar a importância deste diálogo a partir das contribuições de Bourdieu, do qual, segundo julgamos, auxilia na elucidação das debilidades na teoria ontológica do conhecimento, indicadas ao longo desta pesquisa .

³¹ Uma das possíveis contribuições está na radicalização da historicização do conhecimento, inclusive aquele que tem como objeto os fenômenos da natureza, desvelando os traços de um possível caráter ideológico da sua produção. Lara, por exemplo, toca apenas marginalmente neste problema: “A ciência natural e a ideologia, também, estabelecem suas relações que não podem ser negadas, sendo que com menos frequência do que nas ciências sociais. A característica da ciência natural é desenvolver conhecimento mais objetivo possível. A ideologia, mesmo nesse campo da objetividade científica, está presente principalmente nas formas como são aplicados os resultados do conhecimento científico; nesse caso, como os homens usufruem da cientificidade e, antes de tudo, com quais finalidades” (LARA, 2017, p. 137).

3 A PARTICULARIDADE DO CAMPO CIENTÍFICO: O PROBLEMA CENTRAL

Segundo julgamos, em uma análise que se pretende possuir pressupostos sócio-históricos, é imprescindível discutir o conhecimento científico sempre com base na particularidade do ambiente da sociedade em que se desenvolve. Se aderimos à concepção de que a aparência não coincide com a essência, temos que o processo análise do objeto que alcança esta essência não ocorre na vida cotidiana do cidadão comum, mas em espaços muito específicos e relativamente autônomos da sociedade ou sob influência da lógica destes espaços. Quando Ianni (1986) afirma que todos os mistérios teóricos devem ser resolvidos (colocados no plano da racionalidade) na compreensão da práxis que permitiu este conhecimento, a potência deste enunciado está na historicização e objetivação do conhecimento. É isso que vem afirmando a mais de um século o historicismo, assumindo feições específicas (mais refinadas) na atual Sociologia da Ciência. Busca-se compreender a práxis que funda este conhecimento, tendo como enfoque - e aqui a crítica pode encontrar terreno fértil - a particularidade do campo de produção deste conhecimento³².

O que realizamos neste trabalho não foi mais do que buscar criticar certos elementos, alguns fundamentais, do processo de conhecimento na teoria ontológica dos nossos lukacsianos no próprio nível da abstração filosófica que os problemas foram colocados por esta perspectiva, tal como nos propomos na introdução deste trabalho. No entanto, as reflexões críticas não surgiram na pura análise acurada da coerência interna da teoria, mas carregamos o tempo todo uma determinada forma de enxergar o conhecimento, dos quais não nos impediu, segundo julgamos, de realizar uma crítica que seja condizente com a própria noção de crítica que afirmamos também na introdução. Essa forma determinada de enxergar o conhecimento - para além da contribuição de autores já citados como Lowy, Grunder e Ianni, que apesar de não concordarmos com as conclusões a que chegaram, a forma com que colocam os problemas nos levou a suscitação de reflexões críticas importantes - se deve em grande medida a teoria do campo científico de Pierre Bourdieu - mas não só, poderia ainda citar a importância dos problemas colocados pela Teoria da História, desde o historicismo alemão até a Escola dos Annales e os debates contemporâneos. A seguir expomos brevemente estes pressupostos teóricos que nos influenciaram, de forma não a limitar as reflexões filosóficas, mas principalmente em demonstrar que sem uma análise do conhecimento como um campo (ou complexo) particular da realidade não é possível erigir uma concreta análise da objetividade do conhecimento.

³² Para uma outra abordagem dentro do marxismo sobre o tema, ver (GRUNER, 2007), que defende ser a verdade produto “de uma construção simbólica e histórico-concreta”.

Segundo julgamos, mesmo partindo de um método essencialmente histórico e voltado para análise concreta da práxis social, quando discute o conhecimento a linha do marxismo aqui analisada (ao menos os seus representantes em tela), se limitam a discussões puramente filosóficas - reflexo da predominância da filosofia no trato do tema (BOURDIEU, 2004) - que, no limite, se colam em uma visão ainda idealizada do conhecimento. Justificam sem ressalvas o que deveriam analisar. A título de exemplo de como o diálogo crítico com algumas tendências fora do marxismo são fundamentais, mesmo o estrutural-funcionalismo de Robert Merton - aquele exposto por Bourdieu (2004) -, com todas as suas limitações, possui duas vantagens em relação a esse marxismo quando o tema é o conhecimento: em primeiro lugar, assume a particularidade do conhecimento que se trata, ou seja, situa o conhecimento que o marxismo ontológico por vezes pressupõe sem explicitar, sob a neblina do "conhecimento teórico", como conhecimento científico, produzido em um espaço social determinado. Conforme explica Bourdieu, Merton desenvolve "uma sociologia dos investigadores e das instituições científicas (BOURDIEU, 2004, p. 22). A outra vantagem está no reconhecimento de que este conhecimento científico não se processa idealmente, como um processo evolutivo de aproximação da verdade, em que aquele que melhor se aproxima desta é diretamente reconhecido, construindo assim um universo progressivo de aproximação à verdade. Ou ainda por um dever ser da produção de conhecimento. Ao contrário, explicita (mesmo que sem criticá-los) os mecanismos de produção e reconhecimento das produções científicas. Ao estar um pouco mais próximo de como de fato se produz e desenvolve o conhecimento científico, Merton está muito mais próximo da materialidade e da historicidade do que os marxistas ontológicos, que ainda aceitam sem ressalvas a ciência oficial ao assumir seus pressupostos.³³

No debate com os teóricos da sociologia da ciência, desde já salientamos que Bourdieu critica em Merton o seu finalismo que justifica e legitima a ciência como um terreno sem lutas; em Collins (e Bloor e Barnes), do Programa Teórico Forte, o fechamento no interacionismo que está centrado apenas na interação entre os agentes como princípio; nas pesquisas de laboratório, a filosofia da ação, que cai no semiologismo e no textismo. Em todos os casos, o problema decorre da ausência de apreensão das estruturas que impelem os agentes a práticas determinadas, do qual

³³ Outro exemplo de debate no interior da sociologia da ciência é aquele do Programa Teórico Forte, representado por David Bloor e Barry Barnes, em que, se abandonamos uma postura dogmática que privilegia a ruptura pela ruptura, as suas contribuições são fundamentais para uma compreensão realista (porém não relativista) do conhecimento. Sua primeira vantagem, que é própria da sociologia da ciência em geral, é a de lembrar que o conhecimento científico possui especificidades em relação a outras formas de conhecimento que não podem ser reduzidas a valorações de melhor ou pior (mesmo que ancoradas em legitimações como sistematização, rigor etc.). Explicita, portanto, estas especificidades, quebrando pressupostos aceitos sem ressalvas pelo marxismo ontológico, como o "fato" ou os "problemas", que estes últimos tendem a naturalizar-los como problemas que emergem da realidade social em geral, como se fossem captados pelos pesquisadores sem qualquer filtro institucional. Podemos citar ainda as possíveis contribuições das pesquisas de laboratório, tais como as realizadas por Karin Knorr-Cetina e Bruno Latour, dos quais possibilitam o acesso a um rico material empírico de como se processam os conhecimentos científicos do ponto de vista do cotidiano das práxis de pesquisa.

Bourdieu se afasta mediante a noção de *campo*. Este apontamento é necessário para dissuadir qualquer preconceito de empirismo por parte do autor, que está preocupado não apenas em demonstrar que o conhecimento científico não se produz de forma neutra ou idealizada, mas igualmente quais as estruturas específicas do campo científico que direcionam a práxis científica. Bourdieu defende que a noção de campo desenvolvida por ele possibilita compreender que as práticas científicas ocorrem em um microcosmo social, em um espaço específico composto por outros microcosmos com finalidades análogas, do qual suas características decorrem da posição sempre relacional ocupada neste espaço científico e da estrutura objetiva ao mesmo tempo genérica e específica deste (BOURDIEU, 2004; 2004b).

Bourdieu, a partir da noção de campo, pretende ao mesmo tempo “escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas” (BOURDIEU, 2004b, p. 21). O campo (em geral e o científico) não pode ser entendido apenas internamente, por legalidades internas auto-explicativas, dado que “está sujeito a *pressões* (exteriores) e é habitado por *tensões*, entendidas como forças que agem de modo a afastar, a separar as partes constitutivas de um corpo”, assim como apenas por determinações externas, excluindo os seus elementos internos que dão forma e conteúdo ao que o campo tem de particular. O campo possui uma relatividade autônoma em relação ao universo social que está inserido: “o sistema de forças constitutivas da estrutura do campo (tensão) é relativamente independente das forças que exercem sobre o campo (pressão)”. O campo dispõe, de maneira relativa, “da ‘liberdade’ necessária para desenvolver sua própria necessidade, a sua própria lógica, o seu próprio *nomos*” (BOURDIEU, 2004, p. 70 - *grifo do autor*). Disso resulta que “as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo” (BOURDIEU, 2004b, p. 21-2).

Quando analisando a especificidade das obras artísticas, Bourdieu explica a importância do pensamento relacional e de entender o campo como um microcosmo social, inclusive do campo científico:

As determinações externas invocadas pelos marxistas - por exemplo, o efeito das crises econômicas, das transformações técnicas ou das revoluções políticas - só podem exercer-se pela intermediação das transformações da estrutura do campo resultante delas. O campo exerce um efeito de *refração* (como um prisma): portanto, apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento (seu ‘coeficiente de refração’, isto é, seu *grau de autonomia*) é que se pode compreender as mudanças nas relações escritores, entre defensores dos diferentes gêneros (poesia, romance e teatro, por exemplo) ou entre diferentes concepções artísticas (a arte pela arte e a arte social, por exemplo), que aparecem, por exemplo, por ocasião de uma mudança de regime político ou de uma crise econômica (BOURDIEU, 2008, p. 61 - *grifos do autor*).

Esta liberdade necessária, por sua vez, é uma conquista histórica constantemente renovada. O surgimento das teorias sociais, por exemplo, e de ramos específicos do conhecimento que tratam do ser social como objeto particular em relação à natureza, deve ser compreendido não apenas como a explicitação do ser social em um determinado período da história e pela emergência de uma racionalidade capaz de apreender esta explicitação, como é em Netto (1994). Conforme explica Bourdieu, a “progressiva institucionalização na universidade destes universos relativamente autônomos é o produto de conflitos que visam impor a existência de novas entidades e das fronteiras destinadas a delimitá-los e protegê-los” (BOURDIEU, 2004, p. 73).³⁴ Um campo será tanto mais autônomo quanto for a sua capacidade de refração e transfiguração das imposições externas. No caso das ciências sociais, o problema em determinar o grau de autonomia emerge com toda força, dado que sofre fortes influências externas devido à própria natureza do seu objeto, o que não retira o seu caráter relativamente autônomo em relação ao universo social (BOURDIEU, 2004b). Em Netto, ao contrário, conforme vimos, o conhecimento teórico não é uma "modalidade peculiar de conhecimento" (NETTO, 2011, p. 7) pelo fato de estar inserida em um campo social que possibilita esta peculiaridade, mas antes por ser o conhecimento que possibilita a apreensão fiel da realidade. Consiste em uma divisão que não se assenta em determinações histórico-sociais concretas, empiricamente analisáveis, mas em hierarquias formalmente erigidas.

Com base na noção de campo é possível ainda romper com o problema da desproporcionalidade com que os autores da perspectiva ontológica analisam a determinação histórico-social do conhecimento a depender se trata-se do positivismo ou do marxismo. Ao explicitarmos a particularidade do conhecimento científico, é possível ao mesmo analisar as características que opõem os diferentes cientistas, bem como aquelas que os unem. Ou seja, entender o campo científico ao mesmo tempo como um campo de forças em luta, mas que não chegam a opor totalmente seus agentes, dado que as disputas ocorrem em uma cultura comum, com possibilidades determinadas de competição, bem como com armas apenas aquelas legitimamente aceitas na luta científica (BOURDIEU, 2004).

O problema da particularidade pode ser exemplificado ainda na crítica de Bourdieu à Thomas Kuhn, mais precisamente a sua "representação estritamente internalista da mudança", em que o paradigma é alterado apenas quando "atinge um ponto de esgotamento intelectual", em que "produziu todas as possibilidades que era capaz de engendrar". Por uma leitura de Kuhn por Bourdieu, principalmente da sua crítica, entende-se uma das limitações centrais da tradição lukácsiana na discussão sobre o conhecimento, da qual expomos ao longo deste trabalho: dissimular

³⁴ Apenas de passagem é importante inferir que isso implica que a crítica a divisão social do conhecimento, se pretende ser efetiva, transformar, deve dar conta destes conflitos e dos mecanismos institucionais existentes que sustentam e reproduzem esta divisão.

as particularidades do conhecimento teórico (que na verdade é o conhecimento científico) quando se trata dos opositores (como o positivismo), compreendendo a natureza e a mudança como algo exterior ao próprio campo de produção deste conhecimento (pois não reconhece a própria importância deste campo). Nesse sentido, ao contrário do (apenas) indicado por Marx e Engels (2007) nas primeiras páginas de *A ideologia alemã*, sobre as diferentes fases de desenvolvimento, nos lukacsianos aqui analisados o desenvolvimento interno da teoria burguesa é sempre fruto do desenvolvimento externo, perdendo as particularidades do primeiro que fazem com que as determinações do segundo sejam efetivamente compreendidas.

Antes de prosseguir na compreensão do modo como se dá essa autonomia relativa do campo científico, é necessário apreender a importância de outra noção desenvolvida por Bourdieu: a de *habitus*. Segundo o autor, a verdade da prática científica está no reconhecimento de que ela é “produto de um *habitus* científico”, ou seja, “de um sentido prático (de tipo muito particular)” (BOURDIEU, 2004, p. 58- *grifo do autor*). Pela noção de *habitus*, Bourdieu critica o que denomina da ilusão escolástica, que por sua vez dá origem a uma epistemologia logicista, que consiste em transformar em “verdade da prática científica uma norma desta prática retirada *ex post* da prática científica consumada” (BOURDIEU, 2004, p. 59).³⁵

A especificidade do *habitus* científico, explica Bourdieu (2004, p. 61), está em ser “uma teoria realizada, incorporada”, dado que para se tornar um cientista é necessário se apropriar de “estruturas teóricas extremamente complexas”, e transformá-las em um saber prático, “na forma da habilidade”. A arte de fazer ciência comporta o saber formalizado dominado no estado prático e os instrumentos como saber formalizado. Segundo explica Bourdieu (2004, p. 62), “um cientista é a materialização de um campo científico e as suas estruturas cognitivas são homólogas à estrutura do campo e, por isso, constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo”.

Da mesma forma que, conforme propõe Marx, não devemos retratar o capitalista com cores róseas, mas situar a sua figura como portadora de determinadas relações e interesses de classe (MARX, 1996), não devemos nos deixar levar pelo semiologismo de um Bruno Latour, como se os cientistas agissem maquiavelicamente com estratégias conscientes de persuasão, nem cair em um idealismo que almeja um processo de pesquisa neutro, na sua forma revestida de princípios ideais e subjetivistas de fidelidade ao objeto, como vimos em Netto (2011). Para seguir com a nossa analogia, da mesma forma que o capitalista não precisa ter consciência da estrutura e dinâmica da sociedade burguesa para exercer o seu papel, a estrutura do campo científico não é tornada consciente de maneira direta aos seus agentes, sem, com isso, deixar de determinar as suas práticas. As práticas científicas são resultado das disposições incorporadas pelos agentes (que podem ser

³⁵ Ao longo da obra citada (BOURDIEU, 2004) o autor expõe pesquisas empíricas que demonstram como se processa este *habitus*.

tanto cientistas como instituições) e pela objetividade da estrutura do campo (BOURDIEU, 2004; 2004b). No campo científico os seus agentes criam pelas suas relações o espaço que os condiciona objetivamente, sendo que “o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004b, p. 23).

Dado que este *habitus* se processa em um campo específico, é preciso não esquecer que ele não envolve apenas aqueles adquiridos no âmbito deste campo. Nele influem determinações de gênero, raça, origem social, nacionalidade etc. Segundo nosso autor, existem “*habitus* disciplinares (que, estando ligados à formação escolar, são comuns a todos os produtos do mesmo modo de geração) e *habitus* particulares ligados ao *trajecto* (fora do campo - origem social e escolar - e no campo) e à *posição* no campo” (BOURDIEU, 2004, p. 64- *grifo do autor*).

Quando Lara (2007) afirma que a escolha de um objeto de pesquisa não pode ser reduzido a um incômodo subjetivo, mas a uma carência de conhecimento da realidade, toca intuitivamente no problema, mas lhe falta a percepção de que os limites do incômodo subjetivo só podem ser devidamente compreendidos no âmbito do microcosmo social em que a carência de conhecimento da realidade é identificada³⁶. Mais precisamente: a partir da posição ocupada no campo científico, dado que “os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes” (BOURDIEU, 2004b, p. 25).

Não se age de acordo com um método, tal como não se segue uma regra, por um acto psicológico de adesão consciente, mas essencialmente deixando-se levar por um sentido do jogo científico que se adquire pela experiência prolongada do jogo científico tanto com as suas *regularidades* como com as suas regras. Regras e regularidades que são permanentemente lembradas, quer através de formulações expressas (as regras que regem a apresentação de textos científicos, por exemplo), quer através dos índices inscritos no próprio funcionamento do campo e muito especialmente nos instrumentos (entre os quais se devem contar as ferramentas matemáticas) que existem a destreza do cientista experiente (BOURDIEU, 2004, p. 62- *grifo do autor*).

Em posse da noção de *habitus*, retomamos agora o processo de autonomização do campo científico, que ao mesmo tempo possibilita romper com as ilusões na mediação existente na apreensão do objeto pelo sujeito. Bourdieu explica que a autonomização está ligada aos requisitos de admissão existentes em cada campo, sejam eles explícitos ou não. O requisito de admissão “é a competência, o capital científico incorporado [...] que se tornou o sentido do jogo [ou *habitus* científico], mas é também a apetência, a *libido científica*, a *illusio*, crença não só naquilo que está

³⁶ Trata-se de uma escolha em que a “luz” emitida pelo objeto, a fim de guiar o sujeito pesquisador, é ofuscada por uma série de determinações: “do lado do agente, a sua trajetória, a sua carreira; do lado do campo, do lado do espaço objectivo, efeitos estruturais que actuam sobre o agente na medida em que está constituído de maneira a ser ‘sensível’ a esses efeitos e a contribuir assim ele próprio para o efeito que se exerce sobre si” (BOURDIEU, 2004, p. 86).

em jogo, mas também no próprio jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 74- *grifo do autor*). “Cada disciplina (como campo)”, afirma o autor, “é definida por um *nomos* particular, um princípio de visão e divisão, um princípio de *construção da realidade objectiva irreduzível ao de outra disciplina*” (BOURDIEU, 2004, p. 75 - *segundo grifo nosso*). E para afastar qualquer preconceito ingênuo, é evidente que o autor não se refere aqui à construção do objeto em seu “ser em si” (como o é em Latour e Woolgar, por exemplo), mas no processo de apreensão do objeto.

No final do tópico da relação entre sujeito e objeto, questiono o seguinte: “como determinar se ao final da pesquisa temos a reprodução do objeto tal como ele realmente é ou apenas a modelação da teoria à uma realidade microssocial?”. Este problema, segundo Bourdieu (2004), é uma banalidade para a tradição epistemológica continental, que aceita como dado que o fato da observação ser orientada pela teoria. Indo apenas até aqui a reprodução ontológica da realidade já ganha novos contornos problemáticos, dos quais apontamos já no tópico supracitado. Porém, já em Barnes e Bloor (1982 apud Bourdieu, 2004) há o repúdio da ideia de Karl Mannheim, que se aproxima muito daquela dos lukacsianos, de que o conteúdo e o desenvolvimento do conhecimento científico seria determinado de forma inequívoca pela “natureza das coisas”, pela simples, porém fundamental, introdução da percepção de que existem fatores sociais intra e extrateóricos que determinam. Fatores estes passíveis de demonstração empírica.³⁷

Até aqui já conseguimos antever as problemáticas - para além das já expostas - existentes no princípio enunciado por Netto (2002b), do qual o sujeito da pesquisa deve ter um papel ativo na apreensão da essência do objeto, sendo capaz de “mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (NETTO, 2011, p. 10), ou ainda, que a recorrência às categorias já conhecidas, verificando a sua pertinência, não pode ser tomado com a pureza exposta por Netto (2020, p. 322-3). Pela ausência de reflexividade, este cai em um realismo ingênuo, por considerar que pelo princípio ontológico da existência real e efetiva do objeto em si (NETTO, 2011) é possível deduzir daí a possibilidade de reproduzir a essência do objeto sem nada colocar nele, apenas acolhendo, recepcionando, pela atividade do sujeito, esta essência (NETTO, 2002b). Em outros termos, o princípio ontológico de que a realidade existe independente dos nossos desejos, aspirações e representações, não implica que seja possível prendê-la prescindindo destes mesmos desejos, aspirações e representações. Decorre ainda desta ausência de reflexividade a necessidade de ancorar a objetividade do conhecimento em um fator puramente subjetivo, enunciado na fórmula de que “será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (NETTO, 2011, p. 7).³⁸

³⁷ Para exemplos de pesquisas com este propósito, ver Bourdieu (2004, p. 35).

³⁸ Não é o caso de aprofundar aqui, mas importa pontuar que Netto recorre a outra ilusão do jogo científico: o imperativo do desinteresse (ver Bourdieu, 2004, p.75-78) - mesmo que se trate de um desinteresse (da verdade) pelo

A teoria do campo científico de Bourdieu auxilia ainda a desnudar os problemas da unidade artificial e a-histórica entre razão objetiva e racionalidade científica (história factual e consciência histórica), tal como exposta por Netto (1994), ou ainda da ausência de demonstração da racionalidade do real com base nos atos teleológicos dos sujeitos tomados em seu conjunto, bem como da racionalidade da história natural (ver p. 16). Afirma Bourdieu (2004, p. 78) :

Depois de sabermos como se constitui o campo, ou seja, instituindo inicialmente requisitos de seleção que funcionarão depois permanentemente, pela própria lógica do seu funcionamento e fora de qualquer normatividade transcendente, pode descobrir-se uma primeira consequência, que podemos designar por normativa, desta conclusão. O facto de os produtores tenderem a ter como clientes apenas os seus adversários mais perigosos, os mais competentes e críticos, portanto os mais *inclinados* e os *mais aptos* a validar a sua crítica, é para mim o *ponto arquimediano* em que nos podemos basear para *explicar cientificamente a razão da razão científica*, para libertar a razão científica da redução relativista e explicar que a ciência pode avançar incessantemente para uma maior racionalidade sem ser obrigada a recorrer a uma espécie de milagre fundador. Não é necessário sair da História para compreender a emergência e a existência da razão na História. O fechamento sobre si do campo autônomo constitui o princípio histórico da gênese da razão e do exercício da sua normatividade.³⁹

A razão moderna que emerge com o advento do modo de produção capitalista tem sua razão de ser e de permanecer por mecanismos que não se devem à sua capacidade inerente de possibilitar a apreensão da realidade. Não se faz necessário uma fé na imortalização da razão.

Pode assim salvar-se a razão sem invocar, como um *Deus ex machina*, esta ou aquela forma de afirmação do carácter transcendental da razão. Isto descrevendo a emergência progressiva de universos em que, para ter razão, é necessário fazer valer razões, demonstrações reconhecidas como consequentes, e em que a lógica das relações de força e das lutas de interesse é de tal modo regulada que a ‘força do melhor argumento’ (de que fala Habermas) tem razoáveis hipóteses de se impor (BOURDIEU, 2004, p. 114).

De posse do que fora exposto, é possível se desvencilhar das armadilhas do critério de verdade exposto pelos lukacsianos tratados. O campo científico, como outros, segundo Bourdieu (2004, p. 97), obedece uma lógica específica, sendo “um lugar histórico onde se produzem verdades trans-históricas”. As duas especificidades fundamentais do campo científico são “o seu fechamento sobre si (mais ou menos total)” e o fato “de a luta científica, ao contrário da luta artística, ter como objecto o monopólio da representação cientificamente legítima do ‘real’ e de os investigadores, no seu confronto, aceitarem a *arbitragem do ‘real’*” (BOURDIEU, 2004, p. 98 - *grifo do autor*). Sem prescindir da arbitragem do real - ao mesmo tempo demonstrando que se trata de um princípio historicamente consolidado -, coloca que a relação entre este real e o conhecimento se processam

interesse (de classe) (ilusão compartilhada igualmente por Lowy (2000), ambos por ausência de reflexividade em relação ao campo científico).

³⁹ “[...] é possível postular a historicidade radical das normas lógicas e salvar a razão, e isso sem artifício transcendental e sem eximir a própria razão sociológica à análise que a sociologia impõe a todo o pensamento” (BOURDIEU, 2004, p. 113).

determinações que são modos particulares e aceitos de apreensão deste real. Este princípio da arbitrariedade do real trata-se de um postulado ontológico: “a ideia de que há sentido, ordem, uma lógica, em suma, algo a compreender no mundo, incluindo no mundo social [...] que não se pode afirmar qualquer coisa a propósito do mundo [...] porque tudo e mais alguma coisa não é possível no mundo” (BOURDIEU, 2004, p. 98). Em Bourdieu os pressupostos ontológicos são princípios legitimamente aceitos para regular a prática científica. Assim, não existe uma negativa da ontologia, desde que esta seja entendida que a sua aceitação como princípio do conhecimento não é transcendente, mas fruto de relações sociais concretas produzidas e reproduzidas no campo científico.

Contrariamente aos desejos de Netto em resolver o problema da verdade com base na fórmula da prática social como critério da verdade, desde Bloor e Barnes, novamente com base em fatos empiricamente verificáveis, inclusive no âmbito das ciências naturais, sabemos que os dados experimentais não bastam "por si para determinar em que medida uma experiência pode validar ou invalidar uma teoria, e é o consenso no seio de um núcleo central (core set) de investigadores interessados que determina se uma questão está ou não solucionada" (BOURDIEU, 2004, p. 36); outrossim, que a fidelidade exigida por Netto (2011, p. 7) depende igualmente de juízos em relação a sua definição, tal como sobre a honestidade do pesquisador (BOURDIEU, 2004). Ou seja, os critérios para averiguação da verdade são necessariamente pontos de referência que tomamos no ponto de partida, ao contrário do que afirma Netto (1986, p. 51-2).

Essa ‘realidade objetiva’ à qual todo mundo se refere de maneira tácita ou explícita não é jamais, em definitivo, aquilo sobre o que os pesquisadores engajados no campo, num dado momento do tempo, concordam em considerar como tal, e ela só se manifesta no campo mediante as *representações* que dela fazem aqueles que invocam sua arbitragem (BOURDIEU, 2004b, p. 33 - *grifo do autor*).

O problema da ausência de apreensão da particularidade do campo científico se manifesta ainda na ilusão, como vimos, de poder reduzir a relação entre os grandes pensadores - o adjetivo já indica os limites da ideia - a fórmula geral da vocalização de sujeitos históricos - classes sociais fundamentais -, tal como elaborado por Netto (2002f), sem se dar conta de que entre um e outro existe a particularidade de um conhecimento específico que tem implicações de maior importância. Só com a correta compreensão da importância do campo científico nesta mediação é que podemos apreender com maior precisão a determinação das classes sociais, ao mesmo tempo que analisar o peso relativo de diferentes pensadores, que lhes fazem “grandes”. Estamos de acordo quando Bourdieu defende que

[...] é necessário colocar em causa todo um conjunto de hábitos de pensamento, como por exemplo o que tende a perceber a relação de conhecimento como uma relação entre um

cientista singular e um objecto. O sujeito da ciência não é o cientista singular, mas o campo científico, como universo de relações objectivas de comunicação e de concorrência reguladas em matéria de argumentação e de verificação. Os cientistas nunca são os ‘génios singulares de quem se faz a história hagiográfica: são sujeitos colectivos que, enquanto história colectiva incorporada, actualizam toda a história pertinente da sua ciência - penso, por exemplo, em Newton ou Einstein -, e que trabalham no seio de grupos colectivos com instrumentos que pertencem à história colectiva objectivada. Em suma, a ciência é um imenso aparelho de construção colectiva utilizado colectivamente (BOURDIEU, 2004, p. 99).

Acima afirmamos que as disputas entre cientistas e entre disciplinas se fazem em uma cultura comum, com armas e instrumentos legitimamente aceites. Para o problema da objectividade do conhecimento e consequentemente da verdade isso tem consequências importantes. “A objectividade”, explica o nosso autor, “é um produto social do campo que depende dos pressupostos admitidos nesse campo” (BOURDIEU, 2004, p. 100). O campo impõe formas legítimas de regular os conflitos. As controvérsias são reguladas por regras epistemológicas convencionadas, regendo a relação entre teoria e experiência e entre cientistas. Como explica Bourdieu (2004, p. 101 - *grifo do autor*), as “regras epistemológicas mais não são do que as regras e as regularidades sociais inscritas nas estruturas e/ou nos *habitus*, sobretudo no que respeita à forma de conduzir uma discussão (as regras de argumentação) e de regular um conflito”. O conhecimento teórico (ou científico) só pode ser a reprodução ideal do movimento real, como desejam os lukacsianos, se antes for aquele que sobreviveu às objeções, presentes e futuras. Independente dos juízos de quem pesquisa, o conhecimento só será tido como verdadeira reprodução se aceite como legítimo, suficiente, não podendo recorrer a força da própria verdade como um transcendental que impõe a si mesmo.⁴⁰ Toda verdade só pode ser considerada como tal socialmente e em um campo particular da sociedade, dado que a realidade não pode falar por si mesma. Em síntese:

Nestas lutas que aceitam como árbitro o veredicto da experiência, ou seja, daquilo que os investigadores concordam em considerar como real, a verdade é o conjunto das representações consideradas verdadeiras por serem produzidas segundo as regras que definem a produção da verdade; é nisto que concordam os concorrentes que estão de acordo sobre os princípios de verificação, sobre os métodos comuns de validação das hipóteses [...] Num universo como o da ciência, as construções individuais são sempre, de facto, construções coletivas, estão sujeitas a transacções reguladas não por regras transcendentais de uma epistemologia, de uma metodologia ou até da lógica, mas pelos princípios de sociabilidade específicos impostos pela pertença ao campo que são tais que se ignorarmos ou transgredimos, excluimo-nos (BOURDIEU, 2004, p. 101).⁴¹

Outrossim, a relação entre o sujeito e objeto é uma relação complexa não apenas pela complexidade do objeto, da sua estrutura e dinâmica. É patente aqui a riqueza de mediações existentes entre o sujeito e o objeto (o real) que não aparecem na exposição dos autores ontológicos

⁴⁰ “A verdade científica não se impõe por si mesma, ou seja, apenas pela força da razão argumentativa” (BOURDIEU, 2004, p. 123).

⁴¹ “O conhecimento assenta, não na evidência subjectiva de um indivíduo isolado, mas na experiência colectiva, regulada por normas de comunicação e argumentação” (BOURDIEU, 2004, p. 102).

analisados e que impõem ao mesmo tempo limites e possibilidades de avanço na objetividade do conhecimento pela elucidação dos limites existentes. Se o objeto, tomado ontologicamente, não é construído no processo de conhecimento (ver Netto, 1988, p. 143) a sua relação com o sujeito pesquisador é. Bourdieu (2004, p. 102) defende que o “facto é conquistado, construído, verificado na e pela comunicação dialéctica entre os sujeitos, ou seja, através do processo de verificação, de produção coletiva da verdade”. Com isso, aceita que a construção deve ser validada pela experiência. Porém, “o processo de validação do conhecimento como *legitimação*”, explica Bourdieu (2004, p. 102- *grifo do autor*), diz respeito não apenas à relação entre sujeito e objeto, mas também “às relações entre sujeitos a propósito do objecto”. Com essas ideias torna-se mais compreensível a crítica que realizamos ao critério de verdade e o problema da história factual e a consciência histórica, momento em que defendemos que o critério de verdade, bem como a revisão das categorias, é também uma luta por hegemonia, ou, no caso aqui de Bourdieu, por impor uma visão universal da ciência, incluindo aí os fatos e instrumentos legítimos.

[...] o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração de capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução, conhece também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado (BOURDIEU, 2004b, p. 34).

Não é preciso abandonar a ideia da realidade ontológica, muito menos da objetividade do conhecimento, desde que seja entendido que “não há realidade objectiva independente das condições de sua observação” (BOURDIEU, 2004, p. 104). Assim, é possível afirmar que o objeto (ou fato) é construído, sem necessariamente assumir, como afirmou Netto (1988, p. 145), que “a natureza das categorias é puramente lógica”, mas que existe uma distância entre a abstração da razão e o fato ontológico que não pode ser preenchido apenas pela fidelidade do sujeito ou pela sua obstinação, com pretende Ianni (1986, p. 3). Decorre ainda deste equívoco de Netto a impossibilidade de determinar a peculiaridade das categorias teórico-ontológicas (ou reflexivas), o seu nível de autonomia em relação ao real e o desenvolvimento desigual em relação a este (NETTO, 1997; 2020) sem ter de recorrer a ilusão escolástica que expomos ao longo deste capítulo que faz com que o conhecimento figure como uma sombra que persegue objeto.

É preciso ainda se afastar do realismo ingênuo que concebe o conhecimento científico como a reprodução ideal do movimento real tal como ele realmente é, bem como não cair no construtivismo relativista que defende que o conhecimento científico “é produto de uma construção, orientada por interesses e estruturas cognitivas, que produziria visões múltiplas, subdeterminadas pelo mundo, desse mundo” (BOURDIEU, 2004, p. 107).

[...] há universos em que se instaura um consenso social a propósito da verdade, mas que estão sujeitos a constrangimentos sociais que favorecem a troca racional e obedecem a *mecanismos de universalização* como os controlos mútuos; em que as leis empíricas de funcionamento que regem as interacções implicam a utilização de controlos lógicos; em que as relações de força simbólicas adquirem uma forma, absolutamente excepcional, tal que, por sua vez, há uma força intrínseca da ideia verdadeira, que pode ir buscar força à lógica da concorrência; em que as antinomias vulgares entre o interesse e a razão, a força e a verdade, etc., tendem a enfraquecer ou a desaparecer (BOURDIEU, 2004, p. 115 - *grifo do autor*).

Para Bourdieu (2004, p. 107), devemos desenvolver um racionalismo realista, do qual tem como base que “a construção científica é a condição de acesso ao advento do ‘real’ a que chamamos descoberta”. Trata-se de impor aquilo que Bourdieu chama de reflexividade reflexa, que a partir da reflexividade das mediações e determinações realmente existentes no conhecimento científico, os inconscientes tornam-se conscientes e assim possam ser controlados para os fins propostos da objetividade. Bourdieu defende

[...] uma objectivação científica do sujeito da objectivação, numa sociologia do sujeito cognoscente na sua generalidade e particularidade, em suma, naquilo a que chamo uma teoria da reflexividade, que visa objectivar o inconsciente transcendental que o sujeito cognoscente investe sem o saber nos seus actos de conhecimento ou, se quisermos, o seu *habitus* como transcendental histórico, de que se pode dizer que é *a priori* enquanto estrutura estruturante que organiza a percepção e a apreciação de qualquer experiência e *a posteriori* enquanto estrutura estruturada produzida por toda uma série de aprendizagens comuns e individuais (BOURDIEU, 2004, p. 109 - *grifo do autor*).

A ilusão da verdade como transcendental emerge exatamente da ausência da apreensão do campo científico como particular. Nesse sentido, tal como para os idealistas o processo de síntese aparece como fruto do pensamento (NETTO, 2002e), para os lukacsianos analisados neste trabalho “a verdade se apresenta como transcendente em relação às consciências que a apreendem e aceitam como tal [...] por ser produto de uma validação colectiva realizada nas condições absolutamente singulares que caracterizam o campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 117). Portanto, se faz necessário um permanente conhecimento do sujeito da objectivação, que não necessariamente precisa recorrer a oposição neokantiana, mas tendo consciência de que “todo o progresso no conhecimento do objecto” é inseparável de “um progresso no conhecimento da relação com o objecto” (BOURDIEU, 2004, p. 128).

Se o leitor concordar com o que foi dito até aqui, poderá considerar ainda a hipótese de que, conforme afirma Bourdieu, analisando pesquisas do Programa Teórico Forte, o fato de que por vezes a "convicção resulta mais da força social do cientista do que da força intrínseca da ideia verdadeira" (BOURDIEU, 2004, p. 35), pode auxiliar na explicação da predominância quase intocável desta teoria ontológica, aos moldes dos lukacsianos analisados, no âmbito do Serviço Social. Sugerimos, por fim, que não é leviano afirmar que os lukacsianos analisados aqui - e é

preciso analisar cuidadosamente em que medida isso se aplica ao próprio Lukács - não romperam ainda com o véu da ilusão escolástica, dado que atribuem como verdade última aquilo que é apenas a aparência de uma estrutura social e historicamente constituída.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos demonstrar a importância do diálogo crítico em torno do tema do conhecimento, explicitando, com base nas contribuições da teoria de Bourdieu, o que consideramos limites da perspectiva ontológica defendida na produção de uma parcela dos interlocutores de Lukács no país. Tratam-se, evidentemente, de indicações iniciais em torno da temática, que devem ser aprofundadas e desenvolvidas em pesquisas posteriores, tendo como objeto as fontes principais da visão ontológica, ou seja, Marx e Lukács, ademais da ampliação do diálogo crítico para além de Bourdieu.

Nas trilhas de Lowy e Gruner, entendemos que Marx deixou apenas esboços sobre o tema e que nestes esboços temos elementos para abertura de um leque de hipótese de trabalho (GRUNER, 2007), sem resolver definitivamente o problema do conhecimento (LOWY, 2000). Coadunamos, assim, com a posição de Gruner (2007, p. 105), quando este defende que “é inútil, além de danoso, pretender encontrar já acabados de uma vez para sempre esses elementos no próprio Marx; semelhante pretensão somente pode conduzir, no melhor dos casos, a preguiça intelectual, e no pior, a mais grosseira rigidez dogmática” (GRUNER, 2007, p. 105). Com isso, é de maior importância uma pesquisa posterior analisando as obras do próprio Marx.

Aventamos ainda a hipótese - a ser desenvolvida em outra pesquisa - de que não devemos construir muralhas da China entre Bourdieu e Marx, ou ainda entre Bourdieu e Lukács. Antes, parece possível um diálogo entre estas diferentes perspectivas, levando em consideração os limites existentes tanto em Marx e nos lukacsianos - lembrando sempre da importância da análise direta nas obras de Lukács -, bem como dos existentes na obra de Bourdieu. Nossa hipótese assenta-se principalmente na possibilidade de se valer do método marxiano, brilhantemente exposto por Lukács em obra da maturidade (2012), entendendo que este parece não estar em contradição com as pretensões de Bourdieu em “historicizar o sujeito da historicização, objectivar o sujeito da objectivação” (BOURDIEU, 2004, p. 120), retirando a teoria ontológica do conhecimento dos seus entraves idealistas, ao mesmo tempo que escapando da sedução da relativização da ciência.

Por fim, a partir do que foi investigado e apresentado, consideramos necessária a apropriação crítica do conhecimento produzido sobre o tema do conhecimento durante todo o século XIX, XX e no nosso século, com contribuições que vem do historicismo alemão do século XIX, com outras dentro do campo da ciência histórica, sobretudo nas discussões sobre Teoria da História, e ainda nos debates realizados no âmbito das Ciências Sociais pela Sociologia da Ciência e na Sociologia do Conhecimento, sem prescindir ainda da necessidade de se apropriar das discussões epistemológicas mais recentes no campo da Filosofia.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo. Engels, Marx e o pragmatismo: a *odisseia* de William English Walling. *Revista de Filosofia*, v. 14, n. 2, dez., 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Por uma ciência das obras*. In: Razões Práticas. Campinas, Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa, Edições 70, 2004.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

GRUNER, Eduardo. Leituras culpadas. Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, CLASCO, 2007.

IANNI, Octávio. *Construção de categorias*. Transcrição de aula ministrada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP 1º Semestre de 1986. Transcrição profª Silvana Marta Tumelero – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas - UNOCHAPECÓ.

_____. Pluralismo Metodológico: um falso caminho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 48, 1995.

_____. Modernidade, pós-modernidade e razão. *Temporalis*, Brasília, n. 10, 2005.

_____. Ciência: quando o diálogo se torna impossível. In: *Democracia ou Liberdade?* Maceió, EDUFAL, 2007.

NETTO, José Paulo. Teoria, método e história na formação profissional. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n.1, 1986.

_____. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. In: ABESS. *Metodologia: uma questão em questão*. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 3, 1988.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 30, 1989.

_____. Notas sobre marxismo e Serviço Social. In: ABESS. *O marxismo e seus rebatimentos no Serviço Social*. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 4, 1991.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

_____. Razão, ontologia e práxis. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 44, abr. 1994.

_____. Relendo a teoria marxista da história. In: IV Seminário de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Anais [...], UNICAMP, Campinas, 1997. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Teoria-social-JP-Netto.pdf>. Acesso em: 11/02/2021.

_____. *O método em Marx*. Curso ministrado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002a. Aula 2, parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mvNjhpcWDic&list=PLDA073072E8011665&index=2>. Acesso em: 17/02/2021.

_____. *O método em Marx*. Curso ministrado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002b. Aula 1, parte 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qvRWVt6OGc8&list=PLDA073072E8011665&index=6>. Acesso em: 14/02/2021.

_____. *O método em Marx*. Curso ministrado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002c. Aula 4, parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PHtPvrWC5Ao&list=PLDA073072E8011665&index=4>. Acesso em: 18/02/2021.

_____. *O método em Marx*. Curso ministrado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002d. Aula 3, parte 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PtVpGzcyKJc&list=PLDA073072E8011665&index=8>. Acesso em: 15/02/2021.

_____. *O método em Marx*. Curso ministrado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002e. Aula 5, parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWJOnC0fs40&list=PLDA073072E8011665&index=5>. Acesso em: 20/02/2021.

_____. *O método em Marx*. Curso ministrado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002f. Aula 1, parte 1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tTHp53Uv_8g&list=PLDA073072E8011665&index=1. Acesso em: 09/02/2021.

_____. *O método em Marx*. Curso ministrado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002g. Aula 4, parte 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3qBole16qY&list=PLDA073072E8011665&index=9>. Acesso em: 19/02/2021.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2011 [Versão destacada]. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>. Acesso em: 28/02/2021.

_____. *Marx, nosso contemporâneo*. Intervenção na sessão de abertura do Colóquio Internacional Marx e o marxismo/2013, com o tema “Marx hoje, 130 anos depois”, promovido em Niterói (RJ) em outubro-novembro de 2013, pelo NIEP/UFF. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Marx-nosso-contempor%C3%A2neo-JPNetto.pdf>. Acesso em: 11/03/2021.

_____. *Método em Marx*. Palestra apresentada no curso “Método em Marx: as aventuras de José Paulo Netto contra o Marquês de Beccaria”, organizado pela Escola de Defensoria Pública do Estado (EDEPE). 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0mlvPEIRUIE&list=PLVYWJSvB_hXFauvC8qynSZICUIagIsPuz. Acesso em: 25/03/2021.

_____. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

KAMEYAMA, Nobuco. Conceção de teoria e metodologia. In: ABESS. *Metodologia: uma questão em questão*. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 3, 1988.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.10, esp. P. 73-82, 2007.

_____. Nota lukasciana sobre a decadência ideológica da burguesia. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

_____. *História e Práxis Social: introdução os complexos categoriais do ser social*. Bauru: canal 6, 2017.

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 2000.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo, 2012.

SILVA, José. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan./jun. 2013.

TONET, Ivo. A crise das Ciências Sociais. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 41, 1993.